

# MULHERVO

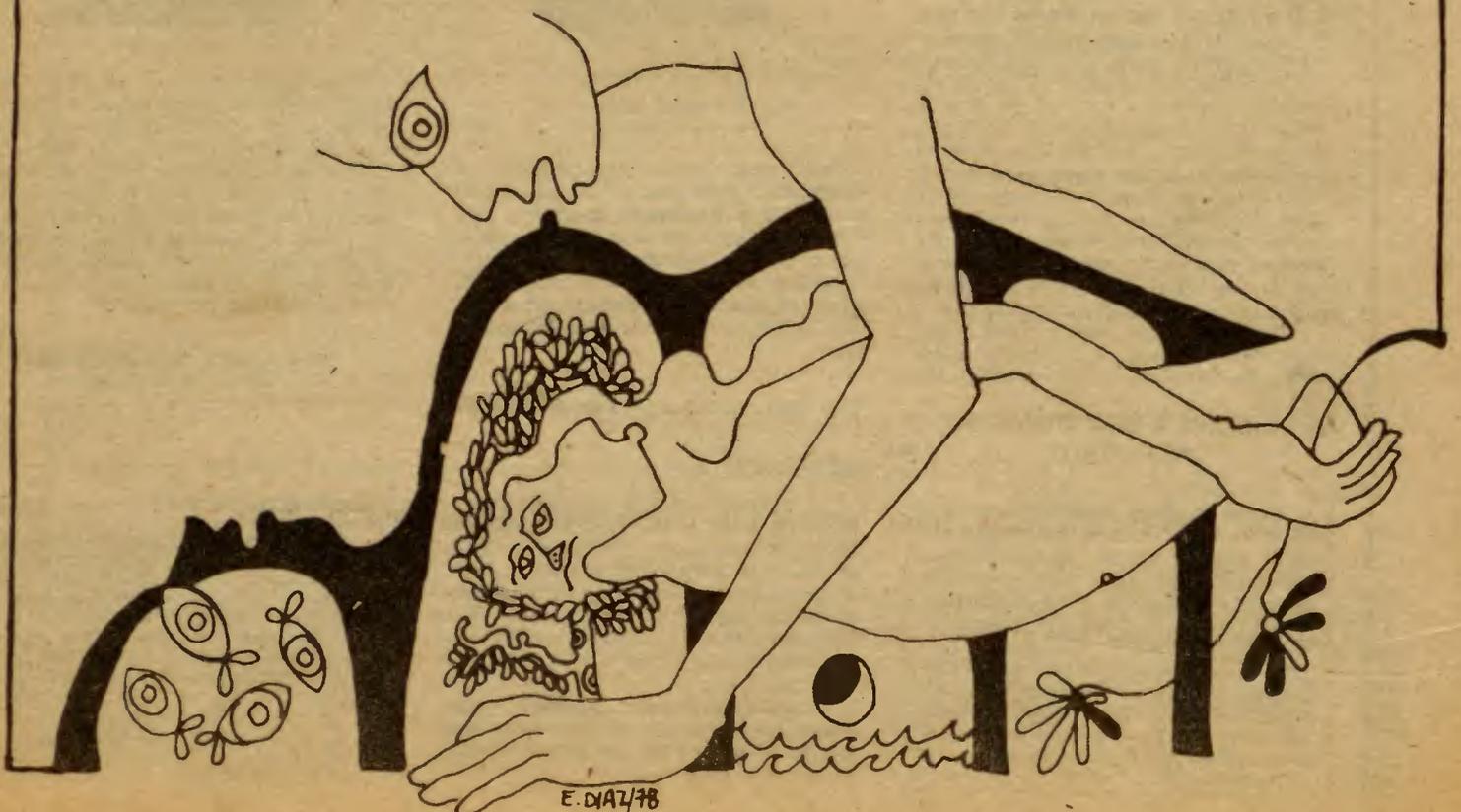
ANO 2 - N.º 7, JULHO-AGOSTO 1982 - Cr\$ 150,00

## ELEIÇÕES

As candidatas saúdam o povo  
e pedem passagem nas páginas 8 a 13

# PLANEJAMENTO FAMILIAR

**Basta opor-se aos programas  
impostos pelo governo?**



**Liberdade é ficar em casa?**

Achei muito curioso que tivesse passado despercebida uma distorcida percepção da realidade à autora do artigo "As mutantes da fábrica" publicado no nº 6 do **Mulherio**.(...)

Apesar de se dizer satisfeita com o "resultado surpreendente" do trabalho, a autora em questão, que considerou que estava "aparecendo lentamente uma consciência e identificação das mulheres operárias", cita no mesmo texto sem comentários que "todas as solteiras pensam em mudar com o casamento" e que outra afirma que "fica no emprego até casar, depois é arranjar um emprego com mais liberdade ou vender Avon". É o marido quem deve ficar na fábrica, concluem pois: "Quem mandou ser homem?" (!)

Questiono o resultado destas entrevistas que acabam confirmando ainda uma vez que o trabalho da mulher é por ela própria desvalorizado. O que concluo de tudo isto é que: 1º) O casamento acaba sendo visto como uma idealização — resolverá todos os problemas. 2º) O trabalho fora de casa é pior que as tarefas desgastantes e não remuneradas da vida doméstica — (melhor ser mais livre e vender/Avon).

3º) O casamento implica em troca de emprego para ficar mais "livre", ou seja, ter mais tempo para cuidar dos filhos e do marido. 4º) Ao invés de pensarem em lutar para garantir melhores condições de trabalho, parece que há uma preocupação em muitas mulheres de abdicar do seu direito de trabalhar fora. Trabalho é encargo de homem e "quem mandou ser homem?"

Acredito que vale a pena refletir sobre estes pontos.  
Marli Piva Montelero - Salvador - BA

**Joga pedra na Geni**

Estou escrevendo para vocês para atacar um problema muito forte aqui no Sul: a agressão ao feminismo, que tem chegado, no meu caso, a níveis incríveis, principalmente agora, ano de eleições.

Negamos radicalmente quaisquer estereótipos sexistas e lutamos por modificá-los social, jurídica, cultural, política e economicamente. Melhor: nos assumimos e amamos a todos (homens e mulheres) como feministas. Com responsabilidade e liberdade profundas, veiculamos nossa vivência feminista à luta de todos aqueles que, encontrando-se expropriados de sua própria existência, sentem-se explorados, discriminados, oprimidos...

Neste itinerário, dentro desta nossa sociedade sexista (além de branca e clasista), encontramos muitas hostilidades

**ATENÇÃO!**

Tudo aumenta, **Mulherio** também. Neste número, o exemplo avulso do jornal passa a custar Cr\$ 150,00. Mas você pode obter seis jornais pelo preço de cinco, fazendo uma assinatura anual. É simples: envie um cheque no valor de Cr\$ 750,00, nominal à Fundação Carlos Chagas, à Redação de **Mulherio** (Av. Prof. Francisco Morato, 1565, CEP 05513, São Paulo). Num papel anexo, relacione seu nome, endereço completo, profissão e telefone.

cotidianas — surgidas mesmo entre mulheres — face ao nosso **desejo-prazer-consciência** na luta feminista. E mesmo irritante, no dia-a-dia, sentir que a compreensão da opressão da mulher é (ainda!) questão trivial, frente a discussões político-partidárias gerais. (Há até etiquetas novas: Opressão milenar da mulher? Adie-se. É ano eleitoral.) E mulheres equivocadas, que sofrem o machismo dos militantes do "esquerdismo reacionário" jogam na nossa cara: "Feminismo é doença típica de mal-amadas". Tal difamação impede a visão de que o feminismo compreende uma **nova forma de assumir a realidade em que vivemos** e que isto implica sobretudo numa necessidade/possibilidade de ação e/ou fazer política muito diferente da corriqueira "medição de forças" (...) Estigmatizar feministas de "desamadas" "doentes", "agressivas", "radicais", etc. beira o limite da nossa indignação, pois, além de **vítimas da subordinação**, ainda temos de responder pela infâmia da culpa, infâmia esta que só faz o jogo do sexismo, obstaculizando a organização e reflexão das mulheres. (...)

Odiamos visceralmente o machismo — venha com "sinal" certo ou invertido — e amamos mulheres e homens sensíveis aos modos profundos de modifica-

ção da opressão de nossa história.

O feminismo é político e revolucionário, sim, doa no tabu de quem doer. Não quer decretos, "berros de ordem" e hierarquizações opressoras. Quer troca, solidariedade, libertação e combate substantivo ao desamor que intimida e causa tanto mal-estar social. Todas, cremos nós, desejamos nos sentir apoiadas e compreendidas, para assim podermos reagir à infâmia e à agressão, e avançarmos, enfim, numa compreensão mais rica da vida social entre os sexos.  
Erlivalva Medeiros, Florianópolis SC

**Quem faz o homem gemer?**

"Mulher nova, bonita e carinhosa faz o homem gemer sem sentir dor." Essa música, cantada pela Amelinha, em seu conteúdo faz uma exaltação à mulher. Mas, no meu ponto de vista, a estrofe que é o próprio nome da música qualifica apenas as mulheres novas e bonitas como possuidoras desse encanto. Sou casada, tenho 27 anos e quero crer que com mais idade continuamos a fazer o "homem gemer sem sentir dor".  
Sônia Gonçalves Silva, Santos - SP

**Portas fechadas**

Sou tetracampeã brasileira de xadrez e, na última Olimpíada Mundial, realizada na Ilha de Malta, em 1980, obtive o 10º lugar — a melhor colocação alcançada até hoje pelo Brasil em Olimpíada adulta de xadrez, por homens e mulheres.

Mas parece que isso nada vale na hora de batalhar por um



trabalho. Atraída por anúncio publicado no **Estado de S. Paulo**, fui procurar um emprego de professor de xadrez e encarregado de sala no Clube Atlético Paulistano. Chegando lá, a secretária recusou-se até a fazer minha ficha. "Aqui só aceitamos homens", disse ela. Não está na hora de acabar com essa discriminação?  
Lígia Maria Abreu Carvalho, SP.

**Alô, alô**

Quando das reuniões das diretorias da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias e Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tenho oportunidade de ler esse jornal, sempre muito bom. Parabéns à redação. Tenho o prazer de enviar alguns trabalhos e faço votos para que os mesmos sejam úteis de alguma forma.

Zeia Pinho Rezende, Rio de Janeiro, RJ

Sou militante do Grupo Feminista Maria Mulher de João Pessoa — PB e no momento estou iniciando um trabalho de pesquisa sobre a Mulher os Meios de Comunicação. Gostaria muito de dar um alô a todo **Mulherio** do Brasil e do mundo para que colabore comigo nessa pesquisa, enviando material, dicas, sugestões, informações, etc. sobre o tema. No mais, quero enviar um beijo bem gostoso pra todo o **Mulherio** do **Mulherio**.

Maria Regina Saraiva Mendes  
Av. Olinda, 400 - Tambaú  
João Pessoa — PB — 58000

**EXPEDIENTE**

**Conselho Editorial** — Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleleth Saffioti, Léila Gonzalez, Maria Carneiro da Cunha, Maria Malta Campos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Mariza Corrêa e Ruth Cardoso.

**Redação** — Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg (editoras), Marlene Rodrigues (edição de artes) e Miriam Tanus (secretária).

Também colaborou neste número: Roberta Masciarelli.

**Jornalista Responsável** — Adélia Borges. Registro no MTB nº 10.680. SJESP 4549.

**Mulherio** é uma publicação bimestral. Aceita colaborações. Pede-se permuta com outras publicações do gênero.

**Redação:** Fundação Carlos Chagas, Av. Prof. Francisco Morato 1.565, CEP 05513, São Paulo, fone 211.4511, ramal 247.



Em seu último acordo trabalhista com a Reitoria, em abril, a Associação de Professores da PUC-SP (Apropuc) conquistou a instituição da licença-paternidade por uma semana, inclusive em caso de filhos adotivos. Iredé Cardoso saudou o fato em sua coluna da Folha de S. Paulo. Neste artigo, o economista Aloizio Mercadante Oliva, presidente da Apropuc, responde a ela, falando não só da licença-paternidade, mas da identidade masculina e do machismo.

Mais uma vez apenas vocês mulheres feministas manifestaram-se publicamente a respeito de uma conquista que beneficia diretamente o homem. Me perguntaria, por quê? Talvez porque há algum tempo a luta contra o machismo e a vontade de repensar a relação homem/mulher tenha sido fundamentalmente uma preocupação feminista/feminina. Diga-se de passagem, nada mais justo, se considerarmos que a repressão sobre a sexualidade, a marginalização no mercado de trabalho, a remuneração diferenciada para as mesmas funções, o acúmulo de tarefas domésticas atingem essencialmente as mulheres.

E nós homens? A identidade de "ser homem" nos estreitos limites que o machismo nos impõe não nos transforma em oprimidos e oprimidos? Tem sido difícil amar nestes tempos, e impossível crescer afetivamente na camisa de força do machismo.

Desde pequenos em nossos "papos de homem" tínhamos que falar de futebol, cachaça e mulher. Não da mulher que amávamos, não das pequenas ou grandes rejeições, não das fantasias de estar namorando e das relações adolescentes que acreditamos seriam pra sempre. Falar de mulher como machos. A mulher reduzida a um objeto erótico, uma mercadoria a mais a ser consumida, seduzida, dominada. Falar das pernas, seios onde não existe o outro, o ser, a pessoa. Sexualidade e afeto foram desde sempre dois aspectos totalmente divorciados, e ser macho é ser capaz de esmagar o afeto. Não há carência no fálco. Senão? Você tem que se "assumir" e virar de vez homossexual. Desnecessário dizer — um ser sem cidadania alguma no poderoso reino dos machos.

Crescemos desta forma e nossas relações de amor continuam sufocadas por esta herança, que organizada apenas vocês feministas ousaram questionar.

### Virar lobsomem

Ser macho é pobre, é triste, é cinza. Quando nossa imagem de macho se vê ameaçada é um pavor tão incrível que só podemos virar "lobisomem" — meio homem, meio bicho. Então somos capazes de bater, espancar e com uma certa frequência até matar "a mulher que amamos". Na Torre de Babel da intelectualidade, os instrumentos de poder e dominação já se sofisticaram. Como não conseguimos admitir o desejo de nossas companheiras por outro, matamos afetivamente

# SER MACHO É CINZA

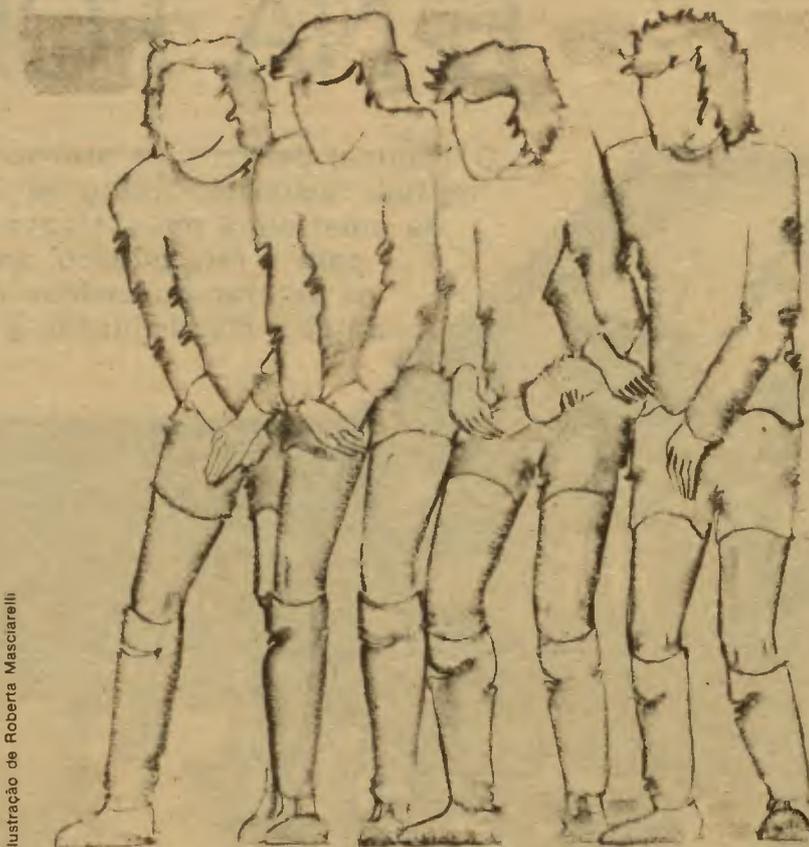


Ilustração de Roberta Masciarelli

e o desprezo dá lugar à violência física. A alternativa? Tem sido a falsa segurança das gaiolas de ouro que asseguram nossos casamentos, e que em regra tem transformado a possibilidade de uma relação a dois em um marasmo afetivo sem qualquer poesia.

Que privilégios são estes que nos fazem estrangeiros no mundo feminino?

Somos totalmente inaptos para assumirmos e expressarmos nossas carências, fragilidades e inseguranças. Ser fálco é ser forte. E continuamos a crer que é possível amar neste pobre universo do mundo masculino. Na mitologia grega, o amor nasce num banquete, quando Dionísio, deus da beleza, está deitado, embriagado, nos Jardins do Olimpo, e Penúria — mortal e símbolo da carência — se aproxima e se deita com Dionísio. O amor é então beleza e carência, mortal porque acaba, e infinito porque cria a vida. Tão antigo quanto apropriado. E nós? Continuaremos a crer que a força dará lugar à beleza no amor e a certeza a nossas carências?

Nas tarefas domésticas, hoje, só nos restou o trabalho desqualificado, como descascar cebola, enxugar a louça ou no máximo varrer o chão, obviamente sem nenhum tipo de motivação ou prazer.

Mas este artigo é só para comentar a paternidade. De repente, na PUC, conseguimos uma pequena conquista, mais simbólica que qualquer outra coisa. A licença-paternidade, a possibilidade de estarmos por uma semana participando do nascimento de nossos filhos, ou vivendo o prazer de adotar uma criança. Na Universidade, desde que foi aprovada esta garantia no

acordo trabalhista, nenhum professor comentou a vitória, pelo menos comigo. Em compensação, a grande maioria das professoras vibraram, ou lamentaram o fato de seus companheiros não trabalharem na PUC.

Se esta reivindicação fosse socializada através de um projeto de lei, modificaria o compromisso dos homens com a paternidade? Será que temos dividido as responsabilidades da gravidez? Temos dividido de fato a educação das crianças, além da responsabilidade de mantê-las? Socialmente, tenho certeza que não.

Pensar a possibilidade de uma relação homem/mulher criativa não é uma tarefa exclusiva do feminismo, é uma necessidade nossa e inadiável.

Não dá mais para responder com piadinhas e gracejos às tentativas de reconstruirmos nossas identidades — homens e mulheres. E assumirmos a afetividade, carinho, sensibilidade não creio que seja assumirmos nosso lado mulher, não creio que ternura tenha que ser monopólio de "ser mulher". O feminismo tem apontado estes problemas, mas muitas vezes nos ameaça e não nos transforma. Temos estado paralisados, atônitos diante da vontade de crescer e se libertar das mulheres. Mas também temos algo a dizer, há que assegurá-lo.

Mas escrevi apenas para comentar a licença paternidade, que foi comemorada pelas companheiras feministas e para dizer que é também uma vitória nossa, de todos que "jamais chegarão a ser o homem novo, mas que, talvez, possam ser o último dos machos".

Aloizio Mercadante Oliva

# INOVANDO NA FORMA E NA FORÇA

O Tribunal Bertha Lutz provocou um avanço na luta feminista. Tratou de velhos temas de uma forma nova, trouxe a emoção para o fato público, ampliou os setores envolvidos na luta contra a discriminação à mulher.



Sáimos todas emocionadas. Sáimos todas certas de que um jeito novo de fazer feminismo concretizara-se ali. Esta foi a impressão da maioria das pessoas com quem conversei sobre o Tribunal Bertha Lutz. Muita coisa se conseguiu naquela tarde de 29 de maio, no Colégio Sion, em São Paulo.

Divergências políticas entre as militantes do movimento feminista foram superadas em função de realizar algo comum, que nos une, que é a luta pela emancipação da mulher. Para fazer isso, em vez de discursos longos, chatos e monocórdios dando conta de como a mulher é vítima de injustiças, de como ela sofre, coltada, pela primeira vez se experimenta uma forma nova: um tribunal produzido como se fosse um espetáculo, e fazendo aflorar em várias de suas passagens a emoção. E existe algo de mais feminino que a emoção? Trazer o pessoal, a emoção para o fato público: não está aí algo em que nós, mulheres, podemos dar nossa contribuição particular?

Ao chamar vários setores da sociedade civil a se manifestarem sobre a discriminação à mulher no trabalho, o Tribunal provocou uma ampliação dos setores envolvidos na luta feminista. É claro que isso não traz resultados imediatos, mas nem por isso eles são menos importantes. Essa mesma ampliação se deu em direção aos homens, que pela primeira vez foram chamados a se

posicionar publicamente num evento "de mulheres".

O Tribunal mostrou mais. Mostrou que a nossa fragilidade, nossa insegurança — coisas tão de mulheres! — nosso medo de fazer algo novo pode dar lugar à coragem de fazer o que se quer agora mesmo, e depois chorar de alegria ao ver que se conseguiu — com falhas certamente, mas pequenas e superáveis. O gozado é que a sensação de "conseguimos!" tomou conta de um número grande de pessoas, pois o Tribunal mobilizou muita gente, dependeu de muita gente para sua realização. E todo mundo, de uma forma ou de outra, se sentia meio "dono da cria", mesmo que não tenha participado da comissão organizadora.

Por tudo isso, acho que o saldo mais marcante do acontecimento pode ser sintetizado numa palavra: soma. Soma mais multiplicação, igual a avanço.

## O que foi

O Tribunal foi organizado por participantes de diversos grupos feministas de São Paulo, a partir da experiência do Tribunal Bertrand Russel — que teve várias sessões, todas voltadas para o julgamento de crimes contra os direitos humanos — e de tribunais semelhantes realizados por feministas na Itália e na Bélgica. A idéia é simples: trazer à tona um assunto impor-

tante de forma que ele chegue à opinião pública, provoque mobilização, sensibilize as pessoas.

Em São Paulo, a idéia nasceu no começo de 1981. E a própria escolha do tema a ser tratado no Tribunal revela a amplitude com que ele foi organizado. Não se poderia falar de discriminação à mulher de uma forma genérica. Mas o que abordar? A discriminação no trabalho foi o tema escolhido — justamente a primeira bandeira das feministas brasileiras, e que soava em 81 como algo já bastante velho, desgastado, num momento em que começávamos a falar mais de violência, de sexualidade, da relação homem-mulher, argumentando que o privado também é político. Mas trabalho era justamente o tema que mais une nossa luta à luta do conjunto dos setores democráticos no momento. Algo que nos une diretamente à luta sindical, à luta por democracia. E que, tratado de uma forma nova, poderia dar samba. Como deu!

A forma nova foi a simulação de um julgamento de verdade, com toda a pompa e os lances teatrais que atraem tanta gente aos tribunais. O réu era uma empresa de tecelagem de Sorocaba, interior de São Paulo, que perdeu uma causa trabalhista por ter demitido uma operária que exercera durante cinco anos a função de mestre sem receber o adicional salarial correspondente. Mas, a partir desse caso,

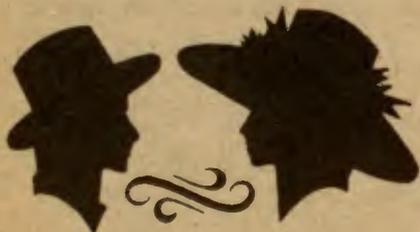
extrapolou-se para o julgamento da discriminação à trabalhadora de um modo geral.

A sessão foi presidida pela advogada Zulaiê Cobra Ribeiro, Almino Afonso fez a defesa das mulheres e Assunta Perez foi a advogada do diabo — tarefa na qual se saiu muito bem, aliando sua condição de advogada à de atriz. A escolha de um homem para defender as mulheres e de uma mulher para atacá-las é significativo: fugiu-se ao maniqueísmo de que uma mulher, por ser mulher, é sempre boa, e o homem o eterno vilão.

Depois que defesa e acusação discutiram, com lances engraçados, o caso da tecelã, Almino Afonso chamou suas "testemunhas de defesa", mulheres de diferentes profissões, paradespor sobre a discriminação que sofrem em seu dia-a-dia profissional. Assim, falaram uma trabalhadora rural, uma empregada doméstica, uma professora primária, operárias de diferentes setores, uma engenheira agrônoma, uma médica, uma secretária e uma prostituta. Alguns depoimentos foram lidos pelas atrizes Bete Mendes, Dulce Muniz e Sílvia Leblon. E vários deles eram comentados e discutidos por pesquisadoras e especialistas na área, como Cristina Bruschini, Felícia Madeira, Almir Pazzlanotto, Cheyva Spindel, Maria Malta Campos e Marly Cardone. Uma representante do movimento negro falou sobre a dupla opressão sofrida pela negra. Apesar de excessivamente longa, e por isso cansativa, essa parte do Tribunal permitiu a montagem de um panorama amplo da situação da mulher no trabalho, e teve como pontos altos a coreografia da bailarina Juliana Carneiro da Cunha sobre a estafante jornada da trabalhadora rural e a belíssima mímica de Denise Stoklos sobre o dia-a-dia da dona-de-casa.

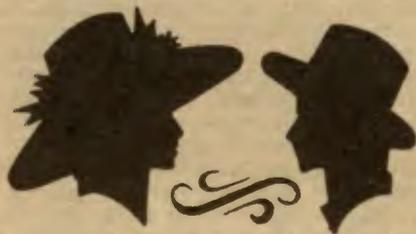
### O homem, réu e vítima

No final, depois de uma homenagem às candidatas feministas e de outra homenagem a Bertha Lutz, o júri deu sua sentença, condenando a empresa de Sorocaba e a discriminação contra a mulher de uma maneira geral. O mais interessante, porém, é que vários jurados justificaram seus votos não apenas de uma maneira formal, mas se colocaram pessoalmente ao tratar de problema. Os homens, especialmente, revelaram que saiam dali dispostos a incorporar em sua ação política e em sua ação cotidiana uma nova postura em relação à mulher. Em virtude de ser mais conhecido entre nós o pensamento das mulheres a respeito do tema, apresentamos a seguir trechos dos votos dos homens que participaram do júri, ao lado da socióloga Eva Alterman Blau, da empresária Miriam Lee, da sindicalista Clara Levi Ant e da artista plástica Anésia Pacheco Chaves:



José Gregori, advogado, presidente da Comissão Justiça e Paz da Arqu-

diocese de São Paulo — "Ao dizer, como digo, sim à defesa e não à acusação, não estou refletindo toda a motivação que o Tribunal conseguiu me inspirar, armando aqui um mosaico amplo do problema. Acho que se conseguiu hoje aqui, finalmente, alguma coisa de novo na forma de expor e de questionar idéias. Acho que estamos vivendo talvez um marco muito importante do ponto de vista de como propagar bandeiras de luta. De forma que, ao reconhecer a validade desse Tribunal, eu quero dizer que saio daqui não me sentindo réu como homem. Mas o Tribunal foi tão pertinente em mostrar a problemática toda que eu saio um pouco como co-réu. Acho também que poderíamos imaginar uma lei mais eficaz que proíba a discriminação à mulher, já que a mera garantia constitucional e a garantia genérica da CLT têm se revelado insuficientes."



Aloizio Mercadante Oliva, economista, presidente da Associação de Professores da PUC-SP e vice-presidente da Associação Nacional de Docentes (Andes) "Eu condeno. Condeno a discriminação que se estende aos índios, aos negros, aos homossexuais e à mulher. A mulher no campo, na fábrica, em casa, na cozinha, a mulher nas nossas camas. Mas, se hoje aqui eu sou júri, na vida eu acho que também sou réu. Sou réu porque aqui o machismo se apresenta com toda a sua fragilidade, mas no dia-a-dia ele é forte. Ele está dentro da gente na nossa infância, na nossa adolescência, sobretudo no nosso medo de amar, no medo de quebrar nossos limites, no medo de romper nossos valores. Também sou vítima, porque o machismo é uma camisa-de-força. Esmaga a afetividade, esmaga a sensibilidade. Até agora, são basicamente as mulheres feministas que têm encaminhado essa luta. Mas nós temos também muito a dizer, romper essa camisa-de-força e, quem sabe, construir uma relação nova homem-mulher, que assegure a criatividade, que reivindique a poesia, que transforme o amor numa coisa muito mais plena, livre, que assegure a incrível dimensão dos nossos desejos."

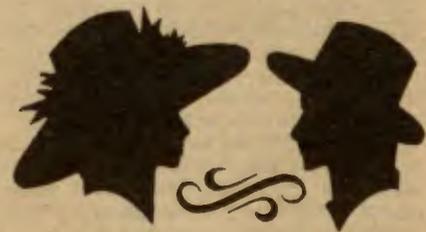
Eduardo Augusto Muylaert, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — "O veredicto é culpado. Mas, talvez, seja fácil apontar o veredicto culpado, sabendo que quem vai cumprir a pena, longamente ainda, é a mulher. Culpada a quem? A empresa, sim, mas culpados todos nós homens e mulheres que um dia praticamos um ato de discriminação contra a mulher. Culpada a sociedade, que gerou como um todo essa discriminação. Culpada e exigindo denúncia, denúncia como esta, feita aqui nesta noite memorável da primeira sessão do Tribunal Bertha Lutz. Como se trata de uma primeira sessão, senhora presidente, eu proporia uma clemência provisória, uma suspensão condicional de pena, para que culpado mesmo seja considerado aquele que fechar os olhos e aquele

que não se engajar efetivamente na mudança".

Abdias do Nascimento, sociólogo, líder do movimento negro — "Se as mulheres representam mais da metade da população, as negras representam mais da metade das mulheres brasileiras, e seus problemas são muito maiores que os das mulheres brancas. No entanto, aqui, foi tocado muito timidamente o problema da mulher negra, e garanto que para estarem presentes neste auditório muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos ou na beirada do fogão".

Carlito Maia, publicitário — "Eu estou aqui em nome de uma minoria que está no poder: a minoria dos homens. Nós somos 48% da população, e nós somos o poder. Eu estou aqui muito honrado de participar de uma reunião tão bonita e ao mesmo tempo estou muito envergonhado, porque naquela coisa contraditória que eu sou já me flagrei incontáveis vezes cometendo crimes iguais a esses que nós julgamos hoje. Eu já fui muito intolerante, muito discriminatório e meu comportamento fascista muitas vezes me envergonha profundamente."

Walter Barelli, economista, diretor do DIEESE — "A condição do trabalhador brasileiro, homem ou mulher, é bastante precária. No caso em discussão, estamos julgando a partir de uma companheira que exerceu a função de chefia. Quantas mulheres podem exercer a função de chefia na atual organização do nosso mercado de trabalho? Ao condenar a empresa, eu gostaria que esse Tribunal fosse um dos pilares do poder da nossa população para eliminar não só a discriminação ao trabalho da mulher, mas para que pudessemos estabelecer normas que eliminassem de vez a exploração do trabalho do homem".



### E agora?

O Tribunal Bertha Lutz terá nova sessão no próximo ano, tratando de outra questão da mulher. O tema ainda não foi definido, embora algumas das integrantes pensem em discutir maternidade. O Tribunal, contudo, não quer se restringir às sessões anuais, mas constituir-se num fórum permanente de denúncia da discriminação à mulher. Logo depois da primeira sessão começaram a chegar cartas com denúncias e depoimentos à sede do Tribunal (rua Cardeal Arcoverde 2109, CEP 05407, Pinheiros, São Paulo).

Várias editoras já se interessaram pela publicação do caderno com a íntegra da primeira sessão, que deverá ser editado brevemente. É provável, ainda, que durante o 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes, em setembro, o Tribunal tenha uma banca para o recebimento de denúncias de discriminação.

Adélia Borges



o no creio en las brujas, pero que las hay, las hay... (Provérbio espanhol).

Quando se fala de bruxas, hoje, as imagens que se formam são, no máximo, as de personagens dos contos de fadas, como "Branca de Neve", ou as versões mais modernas de Min e da Maga Patológica criadas nos estúdios de Walt Disney. E quem acreditar na existência real de bruxas é considerado, no mínimo, louco ou infantilóide. No entanto, quem ousasse duvidar de sua existência nos séculos 15 e 16 corria o sério risco de ser acusado de heresia e condenado a queimar nas fogueiras junto com as acusadas de bruxaria. As mentalidades modificam-se ao longo da história, mas é importante notar, quando se trata da história das mulheres, o fenômeno do ocultamento ou do proposital esquecimento, que joga para a região das sombras fatos que constituíram questão de vida ou de morte para milhares de seres humanos.

Muito já se falou em genocídio no século presente — sem dúvida um dos mais eficientes em termos de mortandade em massa —, mas raramente se vê o termo aplicado ao fenômeno da "caça às bruxas", cujas dimensões só ultimamente começam a ser reavaliadas. É impossível saber exatamente quantas pessoas morreram queimadas como feiticeiras, mas dois fatores chamam imediatamente a atenção nesses casos: um é sua extensão ao longo do tempo, pois a perseguição se estendeu por quatro séculos (do 14º ao 18º), persistindo mesmo na racionalista "época das luzes"; e o outro é sua especialização. As vítimas sempre foram preferencial e majoritariamente mulheres, de modo que se pode perfeitamente falar num genocídio (assassinato em massa de mulheres). A proporção de mulheres condenadas era, segundo os principais estudiosos, de quatro feiticeiras para um feiticeiro, e um sábio italiano do século 17 chegou a afirmar que, para cada feiticeiro homem, deveriam ser contadas pelo menos dez mil mulheres feiticeiras. O crime de feitiçaria era, portanto, definido a priori como feminino ou associado às mulheres.

Culpadas de tudo



Isso está bem claro no "Malleus maleficarum" (1486) o mais famoso manual de caça às bruxas, de autoria dos dominicanos Jakob Sprenger e Heinrich Kramer, que serviu de inspiração e pretexto para o assassinato dessas mulheres. Eles dizem: "A mulher é bela para se olhar, mas ela apodrece tudo o que toca e sua companhia é mortal. (...) Ela nasceu mentirosa e todas as suas palavras são aguilhões venenosos. (...) Toda a feitiçaria surge do desejo carnal, que, entre elas, é insaciável... Para se satisfazerem, elas não hesitam em desposar demônios. Sabemos, por isso, que há muito mais mulheres que homens infectados pela heresia da feitiçaria. Bendito aquele que até agora conseguiu preservar o sexo masculino de tão grande crime."



A história oculta de um genocídio

"Como indica a bula do Papa (Inocência 8º), existem sete métodos pelos quais ela infecta o homem, através do ato venéreo e a concepção das entra-nhas. Primeiro, ela os atrai para abomináveis paixões; em segundo lugar, impede sua força geradora; em terceiro, os priva de seu membro viril durante o ato; em quarto, metamorfoseia os homens em animais graças a meios mágicos; em quinto, torna as mulheres estéreis; em sexto, faz abortar as mulheres; em sétimo, sacrifica crianças ao Diabo, junto com certos animais e frutos da terra. Essas mulheres satisfazem seus imundos desejos não apenas em si mesmas, mas nos homens, fazendo nascer o maior perigo de nosso tempo, isto é, a extinção da Fé."



A heresia mais grave

Existem muitas hipóteses para tentar explicar as causas do fenômeno da caça às bruxas, que agitou em ondas sucessivas numerosas regiões da Europa (e depois da América), precisamente no momento em que se assinala a passagem do mundo medieval para a época moderna. Alguns a explicam como o sintoma de uma profunda crise espiritual e do pensamento racional como um todo, que só então começa a se desgarrar do pensamento mágico. Outros preferem colocá-la no contexto das perseguições às heresias, diante da necessidade da Igreja Católica de reforçar o seu poder contra qualquer doutrina divergente, ou ainda como consequência de uma visão de mundo extremamente pessimista, provocada pelos constantes flagelos naturais incontroláveis (pestes, epidemias), e pelas mortandades das guerras de religião. O certo é que nenhuma das explicações isolada é satisfatória, devendo-se concluir por uma complexidade de fatores cumulativos dentro de um contexto político.

Os primeiros processos contra bruxas ocorreram em Toulouse, no sul da França, por volta de 1320. Numerosas legislações anteriores já reprimiam atos atribuídos a feitiçarias e à magia, que apresentaram componentes ligados a antigos cultos pagãos profundamente enraizados na população e difíceis de serem erradicados pela nova religião cristã, muitas vezes imposta. O fenômeno específico que marca a época moderna e que proporcionalará o arcabouço teológico e jurídico (então ligados) indispensável às grandes perseguições, foi a definição da bruxaria como uma heresia e até como a heresia mais grave de todas, porque implicava num pacto com

o Diabo e na renegação de Deus como criador do mundo.

Os processos por bruxaria continuaram até o século 18, e as últimas execuções ocorreram na Polônia em 1782, apenas sete anos antes da Revolução Francesa.

A perseguição às pretensas feiticeiras também se estendeu ao Brasil, embora em escala menor. É conhecido o caso de Branca Dias, acusada de feitiçaria, que foi objeto da peça "O Santo Inquirito", de Lauro César Muniz. As confissões de práticas de feitiçaria, sempre num contexto de repressão à sexualidade feminina, são também freqüentes nos documentos referentes à ação da Inquisição em nosso País, como se pode verificar no estudo "Heresia, Mulher e Sexualidade", de Ilana Novinsky, incluído em Vivência, coletânea de pesquisas sobre a mulher realizadas sob os auspícios da Fundação Carlos Chagas e editada pela Brasiliense.

Uma perseguição que durou quatro séculos não teria condições de subsistir se não encontrasse apoio em amplos substratos da população. E esse pode ser explicado por fatores sociais e psicológicos, que foram analisados, por exemplo, por Michelet em sua obra clássica sobre o assunto, La Sorcière (A Feiticeira).

Ele diz que na vida de extremas privações e trabalho exaustivo das massas populares e compoções era bem forte a tendência para atribuir a atos sobrenaturais os fracassos e as desgraças, principalmente quando essa tendência era reforçada pelas autaridades. A vida extremamente dura e o relativo isolamento das famílias, voltadas para si mesmas, não propiciavam o surgimento de sentimentos de solidariedade. E a tônica era a desconfiança generalizada, em relação a estranhos e também a vizinhos. Se alguém, por um motivo ou por outro, atraía as antipatias da comunidade, era extremamente fácil livrar-se do indesejado, transformando-o em alvo de todas as culpas e acusando-o de feitiçaria. Era também uma forma prática de se livrar de inimigos, numa época em que os processos comuns para resolver litígios eram caros e fora do alcance da maioria da população.

Em alguns casos, os próprios acusados, sobretudo as mulheres, introjetavam o papel que lhes era atribuído e se assumiam como feiticeiros. Era uma reação natural daquelas que, dentro da comunidade, eram as mais desprezadas e as mais destituídas de poder. Assim, passavam a ser pelo menos respeitadas e temidas, participando de parcelas de poder ou mesmo de contrapoder em relação ao estabelecido. Não é, pois, de se descartar, o surgimento de certas seitas e confrarias que, por se constituírem como contrapoder, assumiam aos olhos das autoridades um caráter subversivo.

**Durante quatro séculos,  
milhares de mulheres foram perseguidas e assassinadas.  
A acusação?  
Eram "bruxas"**



**Médicas  
e  
sábias**

Não temos o testemunho direto de acusados e acusadores, pois tudo o que nos ficou dos fatos são os textos dos processos (quando não eram queimados junto com o condenado), onde todos os aspectos são reduzidos a um modelo único pré-estabelecido. Mas sabe-se que os mesmos atos mágicos que podiam estar na origem das acusações também tinham um caráter benéfico e curador, pois a prática curativa estava na época, profundamente misturada com a magia.

Durante milhares de anos, as funções curativas foram monopolizadas pelas mulheres e a curandeira ou feiticeira dos povoados constituía o único médico ao alcance do povo, exercendo suas tarefas com base num conhecimento empírico que se transmitia de mãe para filha.

Isso implicava certamente num conhecimento acurado das propriedades das plantas e de seu emprego. Bastava, porém, que uma cura não desse certo ou que alguém morresse de uma enfermidade não curada, para que as mesmas pessoas que tinham ido procurar ansiosamente a curandeira, acusassem-na de feitiçaria. Um arcebispo inglês, Patrick Adamson, foi mais longe. Atacado de uma doença grave, chamou a curandeira Allison Peirsoun, cuja habilidade era famosa e que efetivamente o curou. Isso não o impediu, entretanto, de mandar queimá-la como feiticeira, atribuindo a própria cura ao Diabo.

Essas mulheres também eram parteiras e recebavam contraceptivos, sendo acusadas de causar esterilidade e mesmo a de matar recém-nascidos. Ora, numa época em que o infanticídio era uma prática comum entre os camponeses, esta era uma fórmula fácil de lançar nas costas de terceiros a própria culpa sobre a morte de crianças pequenas, muitas vezes desejada pelos pais ou realizada com o seu consentimento.

Tudo isso torna perfeitamente plausível a hipótese levantada pela mexicana Graciela Hierro, professora de Filosofia, que vê nas bruxas e em sua organização uma forma coletiva de revolta das mulheres, violentamente reprimida pelos poderes institucionalizados da religião e do saber oficial, concentrados exclusivamente em mãos



masculinas. "A atitude das bruxas não é passiva, como a que tradicionalmente se espera das mulheres, mas inquisitiva e independente, procurando encontrar meios de se opor à autoridade do regime feudal", afirma ela. Esta também é a opinião defendida por diversos autores feministas, como Ehrenreich e English.

**Uma  
revolta  
coletiva**



Mas não é só por isso que o estudo da caça às bruxas atrai os pesquisadores atualmente. Um dos motivos fundamentais é que muitos viram, com razão, no processo contra as bruxas (onde a defesa praticamente não existia, onde era aceito qualquer tipo de testemunho, inclusive o de crianças e os de inimigos declarados do acusado, onde o uso da tortura era obrigatório, tanto para obter a confissão, como a delação de outras pessoas, e onde, uma vez a acusação instalada, dificilmente o réu escapava da condenação, pois todos os sinais favoráveis eram interpretados como "artifícios do demônio"), o modelo de numerosos outros processos em que entram em jogo ameaças reais ou imaginárias ao poder instituído, seja ele justo ou injusto. Foi certamente nessa linha que o dramaturgo americano Arthur Miller escreveu sua peça "As Feiticeiras de Salem", sobre um episódio real ocorrido nos EUA no século 17, mas fazendo alusão às perseguições do maccartismo.

O fato é que a "caça às bruxas" é um dos mais cruéis capítulos da história da humanidade, comparável ao do recente extermínio dos judeus em câmaras de gás, nos campos de concentração nazistas. É sintomático que se fale tão pouco dessa "caça", a ponto de muitas pessoas relativamente cultas a ignorarem completamente. Talvez porque as pessoas que nela perderam a vida, em meio aos mais atrozes sofrimentos, eram apenas mulheres, muitas vezes mulheres idosas e, em sua esmagadora maioria, pertencentes às camadas mais pobres e espoliadas da população. De rainha e princesas ainda se fala. De bruxas, só nos contos de fadas, destinados a crianças, o que é uma suprema ironia.

Marla Carneiro da Cunha

# AS CANDIDATAS

Um fato novo assinala o processo eleitoral no País este ano: o lançamento, em vários Estados, de candidaturas femininas efetivamente comprometidas com as reivindicações feministas. Não se trata apenas de candidatas, mas mulheres conscientes de sua condição e engajadas na luta contra a opressão da mulher.



## Rio

### A busca da forma feminina de fazer política

No Rio, até agora, são cinco as candidatas efetivamente comprometidas com as lutas das mulheres: Lélia Gonzalez (a deputada federal) e Lúcia Arruda (estadual), pelo PT; Maria Teresa Amaral (estadual) e Dina Múcio Teixeira (federal), pelo PDT; e Heloneida Studart, candidata à reeleição para deputada estadual pelo PMDB.

Conversamos neste número de Mulherio com três delas, as candidatas à Assembléia Legislativa. Lúcia, com apenas 26 anos, fotógrafa, foi do Brasil Mulher e participa da Comissão de Mulheres do PT, trabalhando com mulheres da Baixada Fluminense. Teresa, jornalista, diretora de teatro, professora, colunista da Última Hora, 40 anos, ligou-se ao movimento de mulheres através do PDT. E Heloneida, jornalista e escritora, 49 anos, elegeu-se em 1978 com um "programa de compromisso com os trabalhadores", segundo ela, mas não abre mão de sua condição de feminista.

**Você se considera feminista?**

**Lúcia** — Sem dúvida. Para mim, ser feminista é tomar consciência do fato de ser mulher e tentar modificar os papéis que têm marcado historicamente o estigma da condição de mulher. É trabalhar na quebra desses papéis e modelos, questionando o que se estabeleceu como papel social de cada sexo.

**Teresa** — Não é de agora que me considero feminista, embora minha experiência com o movimento de mulheres seja recente. Isso porque, antes da abertura, as notícias que eu tinha era de que os movimentos de mulheres serviam na realidade de biombos para os partidos políticos. E eu achava, e acho, que embora interligados com os partidos políticos, etc, os movimentos feministas devem ser autônomos.

**Heloneida** — Sou feminista. É uma palavra da qual não tenho medo, na medida em que reconheço a opressão

sexual do homem sobre a mulher. Sou fundadora do Centro da Mulher Brasileira e tenho um livro sobre a condição feminina, *Mulher, objeto de cama e mesa*, já com 150 mil exemplares vendidos. Embora o meu mandato fosse em cima dos problemas dos trabalhadores, o tempo todo me preocupei com as organizações de mulheres, principalmente nos bairros periféricos e favelas.

**É suficiente ser mulher? Como você vê o slogan atribuído à campanha de Sandra Cavalcanti, "mulher vota em mulher"?**

**Lúcia** — Não é suficiente ser mulher. Inclusive porque talvez o principal problema da mulher seja o machismo que está dentro dela, a sua submissão, a sua docilidade. Ser feminista significa, entre muitas coisas, valorizar-se mais, autoestimar-se mais. Depois, não basta apenas ser mulher, mas ser mulher para que, fazendo o que. Temos aí a Margaret Thatcher, uma mulher autoritária, reacionária. No Rio, temos a Sandra Cavalcanti, uma peça da ditadura militar. São duas mulheres autoritárias com as quais não nos identificamos, uma vez que elas estão do lado dos opressores. Ser mulher sim, mas com uma perspectiva de transformação profunda da sociedade, e com uma visão de si mesma dentro de um mundo em transformação.

**Maria Tereza:**  
"Ser mulher hoje é uma procura, e essa procura só pode ser feita do lado dos oprimidos."

**Teresa** — Acho que ser mulher não é só uma diferença biológica. A mulher não tem cara hoje, ser mulher hoje é uma procura, e esta procura só pode ser feita do lado dos oprimidos. Na minha opinião, é muito difícil ser feminista sem ser socialista, e vice-versa. E isso condiciona muito o tipo de socialismo a ser construído, para que não fique aquela coisa de "depois", mas que tudo seja feito junto. Uma mulher como a Sandra ou como a Margaret Thatcher, assume a face do opressor, e a face da opressão não é uma face de mulher.

**Heloneida** — Ser mulher não é bandeira, assim como ser jovem não é bandeira, porque teve a juventude hitlerista. E nós temos exemplos de mulheres, desde "a fera de Bushwald", que foi carrasco de outras mulheres no nazismo, até Margaret Thatcher, que não se comoveu com os jovens do IRA e foi co-autora da morte deles, em

greve de fome. No Rio temos o exemplo da candidata do PTB, que atualmente, em um programa popular de televisão, pede com frequência a legalização da pena de morte. E não há nada mais anti-mulher do que isso. Mulher não vota em mulher, vota em democracia.

**Diz-se que muitas mulheres, ao fazer política, assumem um discurso masculino. Existiria uma maneira feminina de fazer política?**

**Lúcia** — Acho que, de fato, quando a gente começa a fazer política, busca sempre uma forma masculina de atuar. O feminismo traz uma renovação muito grande do movimento político, na medida em que ele levanta questões que nunca antes foram consideradas políticas, como as relações dentro da família, por exemplo. O feminismo mexe com toda uma proposta de visão de mundo, inclusive na



forma de fazer política. Quando as feministas vão para o partido político e levantam a bandeira do aborto, propõem uma coisa nova, já que esse foi um problema sempre considerado individual. A mulher sempre foi colocada na esfera da vida privada, e essa vida privada não tinha nada a ver com o político. Para mim, no entanto, o casamento faz parte da vida política, a família também, assim como as relações de dominações que ocorrem para além da dominação de classe.

**Tereza** — Acho que é possível que isso ocorra. Você tem uma "jurisprudência" de discursos masculinos. Por outro lado, acho muito difícil haver "uma maneira feminina de fazer política". Como disse antes, a mulher ainda não tem face, e por isso temos que procurar essa maneira. No entanto, existem certas verossimilhanças que são tidas como verdade sem relação a mulher: a postura contra o autoritarismo, pelo pluralismo e descentralização, a preocupação com o cotidiano, etc. Mas ainda é algo a se construir, a forma feminina de fazer política. As

mulheres estão começando a fazer isso.

**Heloneida** — É comum o discurso masculino sim. Ele é o dominante na nossa sociedade. Mas as mulheres nunca devem perder de vista a questão feminina. É que as mulheres do ponto de vista sociológico são realmente uma minoria discriminada, e nunca pode se perder de vista isso.

**Heloneida:**  
"Mulher não  
vota em mulher,  
vota em democracia".

Vejo com alegria que, apesar do silêncio que foi imposto à maioria dos brasileiros, há uma crescente participação das mulheres nos movimentos populares. Nas remoções, por exemplo, o papel das mulheres é preponderante, elas defendem mais que os homens os seus lares.

Como você articula as lutas específicas das mulheres com as da sociedade como um todo?

**Lúcia** — Costuma-se colocar como se houvesse um movimento geral prioritário e um movimento de mulheres secundário. Discordo disso. Na minha opinião, há um entrelaçamento dos movimentos específicos e o geral, uma interação. Temos um movimento geral que luta pela transformação econômica, social e política da sociedade, pelo fim das relações de dominação: explorados X exploradores, operários X empresários, camponeses X latifundiários, negro X branco, mulher X homem. A questão da mulher, portanto, é parte do movimento geral.

**Teresa** — Acho inviável a luta específica sem a geral, e vice-versa. Acho que a luta é dos oprimidos de maneira geral. E não se pode lutar por eles, mas eles têm que se organizar e lutar, de forma pluralista. Autonomia do movimento não significa fechamento, mas

pouco como a dupla jornada de trabalho da gente. As mulheres têm que atuar em todas as áreas.

Qual a sua posição em relação ao aborto?

**Lúcia** — A questão do aborto deve estar inserida na questão mais geral de mulher e saúde. Ou seja, ela está ligada à necessidade de atendimento médico-hospitalar gratuito para as mulheres (e à população em geral), à assistência pré e pós-parto, à maior informação sobre métodos contraceptivos. Por ora, no PT, centramos nossos esforços na luta pela descriminalização do aborto, de modo que a



mulher que abortar deixe de ser considerada criminoso. Mas na medida em que o movimento de mulheres já levanta a luta pela legalização do aborto, nós também temos um compromisso com esta luta.

**Teresa** — Sou a favor do direito da mulher lutar pela legalização do aborto. Não que ache o aborto uma coisa boa para a mulher ou a criança. Mas a condição de ilegalidade do aborto prejudica particularmente as mulheres pobres, obrigadas a praticá-lo em condições péssimas. Hoje, o aborto é uma necessidade, e o INPS tem de fazê-lo. Sou a favor da mulher dispor de seu próprio corpo. É inviável ser contra a descriminalização. Mas só a descriminalização não resolverá a questão, visto que as mulheres pobres continua-

**Lúcia:**  
"O casamento  
faz parte da vida  
política, a família  
também".

rão fazendo o aborto em condições precárias. É uma solução para hoje — se daqui a 50 anos tiver uma solução melhor, ótimo.

**Heloneida** — Sou pela despenalização do aborto. Tem que sair do Código Penal. E acho que, se houver uma luta pela legalização do aborto, ela tem de ser precedida de uma espécie de plebiscito junto às mulheres. Tenho muitas dúvidas sobre a posição das mulheres, sobretudo as pobres, de favelas, operárias, etc., sobre o aborto.



## Alerta Feminista

Foi lançado no Rio de Janeiro, na última semana de maio, o "Alerta Feminista para as Eleições". Resultado de mais de seis meses de trabalho conjunto das feministas cariocas — de diferentes partidos políticos, grupos de mulheres e independentes —, o "Alerta" lançou uma plataforma contendo as principais reivindicações do movimento de mulheres do Rio. Objetivo: comprometer o maior número possível de candidatos com essa plataforma, e também impedir que eventuais candidatos falem em nome das mulheres, manipulando com fins eleitorais algumas de suas bandeiras sem que tenham qualquer compromisso efetivo com as reivindicações do movimento. Daí, o próprio nome de "Alerta Feminista".

Entre os principais pontos da plataforma lançada, constam:

— alteração ou revogação de dispositivos como o item IV do artigo 219 do Código Civil Brasileiro, que permite ao marido anular o casamento caso desconheça o defloramento da mulher antes do matrimônio, ou do Código Comercial que determina a necessidade de autorização do marido para que a mulher estabeleça um empreendimento comercial;

— construção obrigatória de creches para os filhos de até 6 anos de idade de todos os trabalhadores, independente de sexo; adoção imediata da licença de um mês para o pai trabalhador após o nascimento do filho; reconhecimento do atestado médico referente ao atendimento do filho menor para abonar falta ou atraso da mãe ou do pai; estabilidade de 120 dias para a mulher no emprego após o término da licença-maternidade; exigência de construção de creches, escolas, lavanderias e restaurantes populares em todos os projetos de conjuntos habitacionais do BNH.

— criação de assessoria feminista junto à Secretaria da Educação, com o objetivo de orientar a educação formal e terminar com a discriminação sexual e racial;

— descriminalização do aborto, legalização de sua prática até 12 semanas de gestação e orientação para que ele não seja compreendido como método contraceptivo; garantia de pré-natal gratuito; complementação alimentar para as gestantes; adoção de um programa de planejamento familiar que garanta às mulheres o conhecimento dos diversos métodos contraceptivos e suas consequências, para que não sejam manipuladas por políticas estatais natalistas ou anti-natalistas.

— que o atendimento de mulheres vítimas de espancamento ou estupro seja feito nos postos de saúde e não nas delegacias policiais.

Mulheres do PDT, do PMDB e do PT, do Brasil-Mulher, do Centro da Mulher Brasileira, do SOS Mulher, de outros grupos e independentes participaram da elaboração dessa plataforma. No entanto, o "Alerta" tem um caráter absolutamente apartidário, e permanecerá de plantão durante pelo menos, todo o processo eleitoral: ora denunciando as manipulações das bandeiras do movimento, ora cobrando dos candidatos — mulheres e homens — o compromisso com as reivindicações das mulheres.



Fotos Lourdes Maria Grzybowski

interrelação. Acho que é inviável a mudança radical da sociedade se não for de forma a que todas as pessoas mudem tudo de maneira inteira. Não precisa ser no tapa.

**Heloneida** — Tem que se articular como for possível. A gente não pode perder de vista que os deputados realmente ligados aos movimentos populares não são muitos. Houve momentos em que tive de largar uma reunião de mulheres porque era chamada, por exemplo, na greve da Fiat. Ou para ir a uma assembléia de professores. É um



## São Paulo

As mulheres paulistas interessadas em ter no Parlamento não apenas pessoas com a quais concordem politicamente, mas mulheres que levantem suas bandeiras específicas, terão muitas opções nestas eleições. O PMDB lançou uma trinca de candidatas: a advogada Sílvia Pimentel para deputada federal, a atriz Ruth Escobar para deputada estadual e a socióloga Ida Marli Jancso para vereadora. As três promovem uma campanha conjunta, baseada em grande parte nas questões da mulher, e há várias candidatas no interior, especialmente para as Câmaras Municipais. Paralelamente ao lançamento dessas candidaturas, as mulheres do PMDB estão se organizando em torno da candidatura de Franco Montoro ao governo estadual, e já formaram uma assessoria técnica encarregada de elaborar um programa de ação do governo. A assessoria é composta por comissões de estudos de creches e guarda das crianças, profissionalização e mercado de trabalho, planejamento familiar, proteção à mulher que sofre violência sexual, e criação, no governo estadual, de uma assessoria para assuntos de mulher. Com o objetivo de fornecer subsídios às comissões técnicas, foram realizados três seminários na Capital e três no interior, com a participação, no total, de cerca de 250 mulheres.

O PT lançou um grande número de candidatas no Estado, algumas delas com militância no movimento de mulheres. A jornalista Ireda Cardoso concorre a vereadora, a militante política Clara Sharf a deputada estadual; e a atual deputada estadual Irma Passoni e a atriz Bete Mendez a deputada federal. Muitas outras candidatas, contudo, têm participado de reuniões na Assembléia Legislativa destinadas a discutir os assuntos que afetam mais de perto a mulher — creches, planejamento familiar, violência, aborto, Código Civil etc. — e a elaborar um programa de ação em comum. Entre elas, estão a assistente social Luisa Erondina (a vereadora), a atriz Léila Abra-

mo (suplente de senadora) e a operária Janete, de Guarulhos (deputada federal).

O PT tem uma comissão de mulheres que funciona como órgão de assessoria à direção partidária. A comissão promoveu recentemente um encontro estadual e um encontro nacional de mulheres do PT, este último com a participação de candidatas de vários Estados.

O PDT ainda não realizou sua convenção até o fechamento desta edição, mas já havia muitas candidaturas informais de mulheres pelo interior; uma candidata a prefeita em São Bernardo do Campo, uma candidata a governadora, Terezinha Zerbini, e uma candidata a deputada estadual, Ana Luiza Viana.

Por falta de espaço para entrevistar todas as candidatas, neste número de Mulherio mostramos o que pensam três candidatas a deputada estadual:

### Ruth Escobar, do PMDB

"As mulheres hoje estão fazendo tudo, inclusive a nível político, mas não estão decidindo. E se nós não participarmos da gestão do poder, substancialmente nada vai ser alterado." É com determinação de começar a mudar essa situação que a atriz Ruth Escobar lançou sua candidatura a deputada estadual pelo PMDB.

Com cinco filhos e três netos, Ruth foi uma das fundadoras da Frente de Mulheres Feministas, de São Paulo, patrocinou o primeiro número do jornal *Nós Mulheres* e co-patrocinou o 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado em 1979 em seu teatro. Presidiu três festivais internacionais de teatro e foi uma das fundadoras do Comitê Brasileiro pela Anistia, entre outras atividades.

Ruth  
"O importante é alterar a relação interpessoal."

"Nós, mulheres candidatas — continua Ruth — temos que buscar estratégias que possam ser colocadas na boca de todas as mulheres, no cotidiano e na militância de cada mulher. Na militância da sua independência, que tem que sair do arrazoado intelectual para vir para a prática do dia-a-dia. Eu mesma sou uma mulher conflitada entre o que penso intelectualmente e o que sinto, pela formação arcaica, patriarcal. Sofro essa contradição."

Ruth Escobar acha essencial a igualdade entre homens e mulheres na gestão do poder para conseguir alterar a relação interpessoal. "Estamos pensando junto com algumas mulheres em discutir a plataforma fora desses chavões, dessas questões gerais que estão aí, para saber como transcender essas questões gerais, que já foram resolvidas a contento em alguns países socialistas, mas a relação interpessoal não mudou. Em Cuba, por exemplo, eu estive participando de um Congresso, e as mulheres continuam participando das tarefas mais práticas, de terceiro, quarto escalão, mas elas não estão lá sentadas na mesa junto com os homens, a relação entre a população continua extremamente machista, em termos estatísticos, a mulher tem acesso ao poder numa escala ridícula. Todos eles têm um bom exemplo de tipo zoológico: temos a nossa mulher ministra não sei do quê, temos a nossa secretária etc, assim como têm o seu negro, se bem que lá eu acho que eles superaram o problema do racismo, mas existe um machismo ainda muito arraigado.

"Mesmo dentro dos partidos, as candidaturas de mulheres são vistas com paternalismo. Nós, do PMDB, temos uma trinca de candidatas aqui em São Paulo que ainda não foi assimilada totalmente por muitos. Você percebe como eles nos dão a palavra, como se dirigem a nós, a própria relação afetiva é paternalista. Isso é revelado no tratamento, na linguagem. Alguns se dirigem a mim dizendo: 'Ruth Escobar, uma mulher que vale por 10 homens'. Por que 10 homens? Quer dizer que as qualidades que eu tenho são típicas de homens? Não, talvez eu tenha um acúmulo de qualidades que são típicas de mulheres também. E eles acham que me fazem um elogio... Por isso, acho que todas que estamos lutando por um mandato devemos discutir a esse respeito. É importante que a gente preserve o feminino que temos dentro de nós. Não quero que, para se chegar ao poder político, a gente tenha que reproduzir o modelo masculino".

A plataforma política de Ruth Escobar, já divulgada em folhetos de campanha, é calcada na questão cultural (socialização e democratização da cultura) e na questão da mulher (igualdade de salários, creche, legisla-



Foto Cristina Villares

ção etc). Ela inclui a reivindicação da legalização do aborto, "necessária até para que se consiga diminuir a quantidade de abortos que são feitos nesse país." "Existem setores da direita que discutem o assunto com muita má fé, quando dizem: 'Ah, quer dizer que você é favorável ao aborto?' Não sou favorável ao aborto, e acho que nenhuma mulher é favorável, porque é uma coisa extremamente penosa. Agora, o que acho terrível é que segmentos da população sejam tão sacrificados".

### Clara Sharf, do PT

Com 57 anos, Clara Sharf, candidata a deputada estadual pelo PT, participa do movimento de mulheres desde 1946, com interrupção apenas dos anos em que esteve exilada em Cuba, de 70 a 79. Viúva de Carlos Marighela, integra a Comissão de Mulheres do PT de São Paulo. Aqui, sua entrevista a **Mulherio**:

**Você é feminista, Clara?**

Eu, desde 1946, luto pela mudança da condição da mulher, quando ainda não existia no Brasil o chamado movimento feminista, com as características que ele tem hoje. É claro que essa minha participação no movimento de mulheres sempre esteve ligada a uma participação política intensa. Então eu acho que responder sim ou não a essa pergunta não seria uma resposta correta. Eu acho que não se trata de ser ou não feminista, se trata de que atitudes você tomou na sua vida em relação a essa questão. Então minha resposta é a seguinte: desde que eu comecei a militar politicamente, comecei a lutar para que se modificasse a situação da mulher no país.

**Como você define o feminismo?**

Há pessoas que acham que o feminismo é um movimento social que só deve se preocupar com a questão específica da mulher, e não deve ser nem partidário nem político, é um movimento social isolado. A minha opinião é de que o movimento feminista não pode ficar à margem da vida política do país, não pode ficar à margem da vida partidária, ele tem que participar da especificidade da luta da mulher ligada às reformas de estrutura do país. Sem isso ele não alcança seus objetivos, porque fica uma luta em forma de gueto, ou seja, as mulheres pra dentro das mulheres, colocando problemáticas isoladas que são específicas e são importantes, mas ficam fora do contexto da sociedade. Se ele for assim, o apoio da sociedade é mais lento, primeiro porque a luta da mulher pela sua especificidade é uma luta ideológica muito longa, e se você isola

Ana Luiza

"Devemos politizar a palavra amor."

esse movimento das outras lutas que o povo enfrenta para transformar essa sociedade que é injusta, desigual, de repressão e opressão, você não consegue atrair muitas forças para esse movimento.

**Sua plataforma de luta já está pronta? Como você inclui dentro dela a questão da mulher?**

Eu não tenho plataforma pronta, aliás não só eu, mas todos nós do PT. Nós temos muitos pontos de debate que são extraídos da própria luta da mulher no seu dia-a-dia, não é uma plataforma inventada. Como eu acho que a luta das mulheres deve ser uma luta solidária, defendo a aproximação, o intercâmbio de experiência e a solidariedade entre as mulheres brasileiras e as mulheres de outros países do mundo, principalmente as mulheres dos povos da América Central e do Caribe, que eu acho que têm muito a ver com a nossa problemática também. Agora na minha plataforma a questão da mulher vai ter um peso muito grande, mas não vai ser a única.

**Você é a favor da legalização do aborto?**

O que se discute muito é que o aborto é feito por milhares de mulheres no Brasil e o que não se costuma dizer é que muitas mulheres abortam por más condições de trabalho inclusive. Essa questão também se coloca de forma abstrata: é a favor ou contra o aborto? Não é nada disso. O aborto é feito no dia-a-dia, mas não existe na sociedade brasileira ainda uma discussão tão ampla para que ela assuma essa questão publicamente. Nós achamos que um passo importante, agora, já, é lutar pela despenalização do aborto, quer dizer, se uma mulher aborta por situação econômica, por problemas familiares, por problemas morais, etc., etc., que isso não seja considerado um crime. Quem mais sofre com o fato de o aborto ser clandestino é a mulher pobre, a mulher trabalhadora. A despenalização abre um passo para a discussão da legalização do aborto. Eu acho que se deve travar na sociedade brasileira uma grande discussão em torno da questão da saúde da mulher em geral, e dessa discussão também faz parte o aborto.

### Ana Luiza Viana, do PDT

Por uma mulher mais amada, por uma natureza não devastada, por uma vida sem racismo, por uma terra mais dividida, por uma infância amparada,

Clara

"O feminismo não pode ficar à margem da vida política."



Foto Levi Mendes Jr. Ag. F. 4

por alimentos mais baratos, por empregos. Esses são os pontos básicos da plataforma de Ana Luiza Viana, candidata a deputada estadual pelo PDT.

Com 34 anos, casada, economista, Ana Luiza diz: "Há cinco anos atrás, seria considerado ridículo colocar em uma plataforma política 'por uma mulher mais amada'. Hoje, há espaços para incorporar subjetividade na política e exigir coisas mais fraternas. O que seria novidade na política hoje? Há milhares de homens falando dos males do capitalismo, do modelo econômico. O que seria uma plataforma feminista? Seria, a meu ver, conseguir ir além disso. E politizar a palavra amor, e conseguir falar de amor para homens."

Ana Luiza é professora de Economia da PUC de São Paulo e militante do PDT desde 1979. Em 1968, foi diretora do Centro Visconde de Cairu, e presa política em 1968 e em 1973. Apesar de nunca ter militado diretamente em grupos feministas, ela se considera feminista.

"Houve um momento em que o movimento feminista não me atraía, quando ele não era nada mais nada menos do que um braço das organizações políticas no Brasil. Mas de 80 para cá houve um questionamento à forma de fazer política mesmo, que é uma coisa autoritária, uma reunião com palavras de ordem, apartes etc, há até um linguajar comum às pessoas que já militaram. Quando começou esse questionamento e quando se começou a dar espaço para as questões feministas, a luta das mulheres ganhou corpo. E mesmo para as mulheres que não estavam diretamente ligadas houve consequências grandes. Hoje pelo menos as pessoas se sentem envergonhadas de ter uma postura machista clara, de segregar as mulheres e de falar determinadas coisas que eram comuns na própria militância política de esquerda. O que eu acho importante no movimento feminista é que ele questiona as estruturas de poder, o autoritarismo."

Ana Luiza acha que a grande força democratizadora dentro dos partidos hoje é "a organização através de setores: as mulheres, os jovens, os sindicalistas, os negros. No Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, o PDT já tem movimentos fortes, atuantes. Aqui em São Paulo ainda não. Fizemos alguns encontros de mulheres, mas se discutiu mais as questões do partido. A campanha eleitoral vai dar uma nova dinâmica, com mais reuniões, mais discussões. As coisas vão se encaminhar naturalmente.



Foto Ricardo Malta Ag. F. 4

# Nos Estados, tema é incorporado à campanha

O número de mulheres candidatas é maior hoje em seu Estado do que nas eleições anteriores? Há candidatas feministas? Vocês estão apoiando enquanto grupo uma candidata ou um candidato? Vocês acham que a questão da mulher está sendo mais abordada pelos políticos atualmente? Mulherio enviou essas perguntas a grupos feministas de todo o País na tentativa de traçar um quadro o mais fiel possível da campanha eleitoral. Alguns deles nos responderam. As situações são diferentes de Estado para Estado, mas em quase todos houve um avanço claro nestas eleições na incorporação da discriminação à mulher como um tema político.

Aqui, um resumo das respostas:



## Goiás

Relato enviado por Consuelo Nasser, do Centro de Valorização da Mulher (CEVAM).

Em consequência do avanço democrático, embora pequeno, da sociedade brasileira, foram ampliados todos os espaços da participação popular nas eleições de 1982, inclusive de mulheres. O MDB teve uma candidata a vereadora em Goiânia em 1978; agora o PMDB tem 11 candidatas a vereadora, embora nenhuma a senadora, deputada federal ou estadual. O PDS tem hoje uma candidata a deputada federal, uma a estadual e uma a vereadora. O PDT tem uma candidata a vereadora em Goiânia e duas candidatas a deputada estadual.

Nenhuma das candidatas se atre-

veu até agora a assumir-se inteiramente como porta-voz do movimento feminista, embora algumas tenham-se destacado nos últimos anos como ativistas do movimento. Três delas pertencem ao CEVAM (Conceição Gayer, Maria Luíza Amora e Zélia Rezende, as três candidatas a vereadora pelo PMDB). Outra é advogada do programa Mulher, da TV Anahangüera, Maria Dagmar Bezerra. A candidata a deputada estadual pelo PDS, Anésia Ferreira, dirige há mais de um ano uma entidade de nome Associação das Mulheres Goianas.

O CEVAM é uma frente de mulheres e por isso não apóia formalmente nenhum candidato. Mas individualmente a maioria das militantes está apoiando Conceição Gayer, que tem grandes possibilidades de ser eleita. Conceição é muito conhecida no Estado. Obteve o primeiro lugar em um concurso para delegada de polícia de carreira, em 1976, quando se submeteu a provas como corrida transportando pesos de 60 quilos, rastejamento, salto de altura e distância e arremesso de granada. Em 1979, assumiu a Delegacia de Menores, cargo em que obteve grande destaque nos meios de comunicação por denunciar a situação de abandono do menor infrator no Estado. Sua atitude lhe valeu muitos inimigos, e finalmente foi exonerada do cargo em abril de 1980, ao libertar 30 menores da prisão. Conceição tem três filhos e, pressionada pelo marido a se decidir entre a política e o casamento, escolheu a política e desquitou-se em março.

Concordamos que está havendo, nas presentes eleições, uma tentativa diferente de abordar a questão da mulher. Dizemos tentativa porque se nota nos partidos uma certa perplexidade quanto ao que sejam especificamente as reivindicações da mulher goiana. E dizemos diferente, porque ser lembrada nas eleições não é novidade para as mulheres, dado o contingente eleitoral que elas significam. Acontece que agora estamos sendo questionadas sobre nossas reais aspirações e não, como ocorria antes, sobre "o que os homens querem que elas queiram" (comida e roupa mais baratas, escolas para os filhos, empregos para os maridos).

O PMDB criou uma Frente Feminina e recentemente convidou o CEVAM para debater com o candidato a governador, Iris Rezende Machado, sobre "as bandeiras de luta do movimento feminino no país".



## Bahia

Relato enviado pelo Brasil Mulher.

Nas eleições passadas, só houve uma candidata em Salvador, pela Arena. Este ano, o PT tem uma candidata a deputada federal, o PMDB tem uma candidata a deputada estadual e quatro a vereadora, e o PDS tem duas a deputada estadual e cinco a vereadora.

O Brasil Mulher não está apoiando formal ou informalmente nenhum candidato, mas individualmente algumas participam de comitês eleitorais.

A questão da mulher está sendo muito abordada aqui em função das eleições. De repente todo mundo resolveu, de uma forma ou de outra, assumir a questão da mulher, e, o que é incrível para nós, "ousar" falar sobre feminismo, até se assumindo como tal. Alguns candidatos e candidatas são sinceramente sensibilizados pela questão, mas sentimos que, para a imensa maioria, trata-se apenas de uma estratégia eleitoral.

Tivemos dificuldades para obter dados de todas as candidatas, mas conseguimos de três, mais ligadas à questão da mulher, todas candidatas a vereadora pelo PMDB, embora nenhuma delas seja oriunda de grupos feministas.

Amabília Almeida ocupou na década de 50 cargos de direção na Associação Feminina da Bahia, atuando também na Federação de Mulheres do Brasil, e em 1980 organizou o movimento feminino do PMDB. Em seu programa ela dá grande destaque às reivindicações das mulheres, comprometendo-se a lutar "contra todas as formas de discriminação da mulher na sociedade", pe-



la criação e organização da Casa da Mulher Baiana", "pela extensão da CLT às empregadas domésticas" e pela "criação de centros de assessoria à mulher", entre outros. Ela diz: "O espaço que as mulheres vêm conquistando na sociedade e as perspectivas que se abrem para a luta contra sua discriminação tornam da maior importância a utilização dos mecanismos legais, como os mandatos parlamentares, para a concretização das bandeiras feministas".

Sílvia Cardoso Cerqueira, em entrevista, diz que é feminista, "principalmente porque sou uma negra, mulher e nós sofremos uma discriminação dupla por sermos negras e mulheres. Sou feminista na medida em que tento orientar as minhas companheiras na sua própria imposição como mulheres, porque sinto que a primeira mudança tem que ser de nós mulheres no sentido de nos aceitarmos como seres normais e capazes, e numa atitude de dentro para fora expulsar toda a passividade, a submissão, a inferioridade, o servilismo e todos os ismos inerentes às mulheres".

Já Lídice da Mata, conhecida como Baixinha ou Liu, presidente do Diretório Central dos Estudantes, diz: "Sou feminista porque entendo o feminismo como a busca da mulher pela conquista da sua emancipação, pela afirmação da sua identidade de mulher, os seus valores e anseios, pela conquista de direitos iguais. Apesar do meu programa ainda estar em processo de discussão, tenho já definidas algumas bandeiras: contra a violência sobre a mulher (pretendo sistematizar denúncias durante a campanha), por creches nos bairros e nos locais de trabalho, pela garantia e ampliação dos direitos trabalhistas da mulher, apoio ao projeto Sílvia Pimentel e pela legalização do aborto. Participo da comissão de organização do movimento de mulheres da Bahia. Defendo a formação de uma entidade de mulheres para unificar o nosso movimento, que seja formada por todas as organizações de mulheres existentes no nosso Estado."



## Santa Catarina

Relato enviado pelo Grupo Feminista Vivências.

Nas eleições de 1978 tivemos em Florianópolis uma única candidata mulher, Maria Schirley Donato, que se elegeu suplente de senador pelo MDB. Este ano deverão concorrer uma candidata a vereadora por partido, além de uma candidata a deputada estadual pelo PMDB, uma a 2º suplente de senador pelo PDS e uma candidata a governadora pelo PDT. Mas deve-se lembrar que a última é uma candidatura "sulcida". Se fosse viável a vitória do PDT em Santa Catarina, o candidato seria o marido dessa candidata. Ele deverá sair para deputado federal, e a candidatura de sua mulher, portanto, garante a dele, sem desgastá-lo.

Há apenas uma candidata feminista, que se assume como tal: Clair Castilhos Coelho, candidata a vereadora pelo PMDB de Florianópolis e membro do Vivências. A maioria dos membros do grupo, individualmente, está apoiando sua candidatura.

A questão da mulher está sendo mais abordada pelos políticos atualmente, embora muitos o façam de forma equivocada. A maioria liga o assunto mulher com a reivindicação por creche e não aprofunda a análise. Raramente é tocada a questão da discriminação salarial, sexual ou da violência. A impressão que se tem é de um discurso eleitoreiro e oportunista. O assunto mulher só aparece porque os candidatos homens perceberam que pode render bons dividendos eleitorais. Teve até um candidato do PDS que no Dia Internacional da Mulher fez um discurso tendo como tema central a Virgem Maria e a sua própria mãe.



## Ceará

Relato enviado pelo Grupo Feminista 4 de Janeiro.

Todos os partidos que se conseguiram firmar por aqui (PDS, PMDB, PT) possuem mulheres concorrendo pelo menos ao cargo de vereadoras. A deputada Maria Luiza Fontenelle (PMDB), que faz parte da União das Mulheres Cearenses, defende em seu programa algumas reivindicações do movimento de mulheres, mas não se diz feminista.

O Grupo 4 de Janeiro não apóia nenhuma ou nenhum dos candidatos, por sabermos que não há interesse em levar as reivindicações do movimento feminista em frente. Individualmente, somos quase todas filiadas ou simpáticas ao PT e votaremos em candidatos desse partido não por estarem identificados com as reivindicações feministas, mas por possuírem posições que achamos coerentes em relação às mudanças sociais. Nenhum político fala da questão da mulher, continuamos totalmente abandonadas por eles. Que burros que são! Nós começamos a conversar sobre eleições, no grupo, com maior profundidade, devido à carta de vocês. Isso é muito bom. É o Mulherio

atuando, concretamente, em um grupo.



## Espírito Santo

Relato enviado pelo Grupo de Mulheres de Vitória e pelo Grupo de Estudo da Mulher (GEM).

Nas eleições passadas, apenas quatro mulheres se candidataram no Estado. Agora, há cinco candidatas do PMDB e 13 do PT. O PDS ainda não definiu seus candidatos. Acreditamos que, entre as 18 candidatas, quatro levantam questões que se identificam com as lutas dos movimentos de mulheres: Maria José Machado, Brice Bragato e Maria das Graças Andriatta e Silva, todas do PT, e Mirtes Bevilacqua, do PMDB. Porém, nenhuma delas se assume como feminista.



## Piauí

Relato enviado por Maria Francisca de Matos, pela Coordenação do Movimento de Mulheres de Teresina.

Em 1978, houve quatro candidatas no Estado; em 1982, haverá provavelmente 11 candidatas — seis do PDS, três do PT e duas do PMDB. Em seu discurso, elas se dizem identificadas com as reivindicações do movimento de mulheres, mas na prática isso não ocorre. Nenhuma delas se assume como feminista e nenhuma saiu do movimento, embora algumas do PT sejam simpatizantes do movimento. Acharmos importante o debate político, mas ainda não foi possível elaborar nenhum documento sobre as eleições. Nosso grupo não apóia nenhum candidato, mas esse apoio ocorre em caráter individual.

Ilustração de José Luiz Ohri



A visão dos movimentos de mulheres sobre o planejamento familiar tem evoluído recentemente: de oposição pura e simples a qualquer tipo de planejamento, passa-se a admitir que ele é necessário, dentro de novos moldes. O assunto é debatido amplamente e os partidos políticos de oposição, graças à atuação das feministas, começam a dar ao tema a importância que sua complexidade merece.

As mulheres sentem no próprio corpo e na própria vida a necessidade de controlar sua fecundidade. A reivindicação de "maternidade voluntária" tem sido uma das suas lutas fundamentais desde o século passado. Paralelamente, políticas natalistas ou antinatalistas têm usado o corpo feminino como patrimônio social, sem nenhuma consideração pelos seus interesses e necessidades pessoais.

Atualmente, a liberdade reprodutiva é limitada por uma série de fatores sócio-econômicos e ideológicos. Para as mulheres solteiras e sem dinheiro, é praticamente impensável ter filhos. Igualmente, para as mulheres casadas sem acesso a atividades gratificantes fora do lar, é praticamente impossível não ser mãe. Outros fatores dificultam a vida daquelas a quem resta alguma margem de opção: milhares de mulheres não têm informações sobre o próprio corpo, nem acesso aos serviços médicos necessários para o uso de certos métodos anticoncepcionais, a maioria dos médicos impõe autoritariamente um dos métodos, sem permitir que a paciente escolha de acordo com seus interesses; todos os métodos existentes apresentam desvantagens. A ausência de creches e de garantia de emprego tornam incompatíveis a maternidade e o trabalho assalariado. A falta de divisão do trabalho doméstico faz da maternidade uma ocupação de tempo integral que impede a participação política e social da mulher. Os salários baixos fazem da procriação uma ameaça ao nível de vida.

A sociedade competitiva dificulta as relações afetivas e faz com que o adulto seja compelido a ter filhos para compensar suas frustrações.

Tudo isto limita o direito de opção e, portanto, a luta pelo acesso à contracepção é apenas uma das partes da campanha pela maternidade livre.

Mulherio contribui para este debate entrevistando Elza Berquó, demógrafa brasileira de renome internacional. Casada em 1969, quando era catedrática de Estatística, da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da USP, Elza é atualmente diretora do Cebrap. Ela tem estado à frente de pesquisas importantes, como a Pesquisa Nacional sobre Reprodução Humana e participado frequentemente de comissões científicas nacionais e internacionais como o Cicred, a IUSSP e a IIS.

Na questão do planejamento familiar, Elza tem-se destacado como uma das mais abalizadas vozes de oposição ao controle da natalidade imposto pelo governo, que procura apresentar a limitação dos nascimentos como a solução para os problemas sociais, e que única e exclusivamente incentiva práticas anticonceptivas. Mulher charmosa e dinâmica, na porta de seu escritório aconchegante um cartaz avisa: woman power.

# REPENSANDO NOSSAS PROPOSTAS

**"Mais do que nunca nós devemos assumir que o planejamento familiar é necessário, só que ele deve ser propriamente desenvolvido", diz a demógrafa Elza Berquó em entrevista a Carmen Barroso e Wanda Nestiehner, de Mulherio**

O Censo de 1980 mostrou uma acentuada queda da taxa de fecundidade na última década. Mostrou também a persistência das diferenças de fecundidade entre o meio rural e o meio urbano, e entre as diversas regiões do País. Que papel o planejamento familiar desempenhou neste processo?

Na verdade, esta queda, de aproximadamente 24% na taxa global de fecundidade, entre 70 e 76, representa uma queda muito grande. Principalmente levando-se em conta que a fecundidade antes permanecia praticamente estável. Essa queda na taxa de fecundidade pode ser decomposta em termos: 1º. da estrutura etária da população feminina; 2º. da proporção das mulheres casadas; 3º. da fecundidade marital.

E o que você observa no Brasil como um todo e regionalmente, com algumas diferenças, é o seguinte: os dados sobre a estrutura etária e a

proporção de mulheres unidas maritalmente mostram que estes seriam fatores que poderiam aumentar a fecundidade. E onde está o maior responsável pela queda é na fecundidade marital. E isso significa uma regulação da fecundidade. Então eu acho que os anticoncepcionais, a idade ao casar e mais a mudança nos padrões de casamento levaram à queda, além dos fatores estruturais que determinaram que essas coisas todas estivessem presentes.

Como você vê a questão da esterilização?

Há estudos que dizem: há uma demanda incrível por esterilização. Mas primeiro, antes da demanda, foi criada toda uma motivação para essas mulheres, da mesma forma que você faz propaganda de qualquer coisa, até de sabão em pó.

No Nordeste, a esterilização é um

**Com a liberação feminina, o homem nunca esteve tão liberado: foram tiradas das suas costas todas as responsabilidades.**



meio anticoncepcional que ultrapassa o uso da pílula. Das esterilizações feitas em Pernambuco, 65% foram praticadas de 1976 pra cá, e a maioria delas pelo INAMPS. O Nordeste é um exemplo claríssimo de que o planejamento familiar está sendo desenvolvido de forma massificada.

Eu acho que a esterilização feminina, no Brasil e nos outros países em que está sendo exercida, representa a forma mais autoritária que nós já presenciávamos de controle da natalidade. Nenhuma outra foi tão autoritária como esta, porque eu quero ver se a reversão de uma esterilização vai ser tão fácil como está sendo fácil fazer laqueadura.

Com isso, não estou querendo colocar-me do lado das pessoas que estão contra o planejamento familiar, de forma alguma! Eu acho, que mais do que nunca nós devemos assumir que ele é necessário. Só que deve ser propriamente desenvolvido.

## A pesquisa dos métodos anticoncepcionais masculinos caminha a passo de tartaruga.

Qual sua opinião sobre o Pró-família, programa lançado pelo governo do Estado de São Paulo?

Em primeiro lugar, considero que o Pró-família, da forma que entrou no cenário, revelou uma enorme levandade. Acho que um governo que está terminando seu mandato não deveria começar algo que poderia ter uma repercussão positiva ou negativa muito séria, sem nenhuma participação, absolutamente nenhuma, de associações, da população, etc. Também até hoje não ficou claro de onde vem seu financiamento. Outro problema é que o Pró-família ignorou a Secretaria de Saúde do Estado. Parece uma loucura completa, um programa como esse ser introduzido por um Serviço de Assistência Social, ligado ao Fundo do Palácio! Se a própria Secretaria de Saúde tem dificuldade em oferecer uma cobertura total a um programa como o Pró-família, imagine um serviço de assistência social.

Indo agora à questão básica, eu acho que o projeto ignora completamente os novos padrões de relacionamento sexual que estão aí.

Também a tal da "paternidade responsável" — eu não sei por que nunca a chamaram de maternidade responsável — é um negócio totalmente ultrapassado que não mobiliza mais, a não ser um pequeno grupo moralista. Então, eu sou contra o Pró-Família da forma como ele foi instituído, a rapidez com que ele apareceu e o não esclarecimento dos seus reais objetivos.

Você acha que está superado o debate ideológico, que já se tornou desnecessário repetir que as condições de vida não dependem primordialmente da limitação da natalidade?

Não, eu acho que não está encerrado, tanto que numa reunião internacional de parlamentares a ser



realizada em outubro em Brasília a tônica vai ser essa. Isto é, que, para realmente se poder ter um desenvolvimento maior no Brasil, é preciso controlar a natalidade. Se essa convicção continua a existir é porque eles não querem ver que, mesmo com a grande queda da fecundidade ocorrida nas populações de baixa renda, continuamos com um grande segmento de pobres na população. Aí é que está o equívoco fundamental, que explica porque a esquerda e as oposições, via de regra, acabem sendo negativamente sensíveis a qualquer coisa que fale de planejamento familiar.

Nós, mulheres de classe média, a quem nunca foi negado o acesso a qualquer meio anti-concepcional, não estamos muito felizes com as alternativas que temos. Estamos constantemente mudando de método, um óbvio indicador da imperfeição de todos eles. Por isso, feministas de vários países estão se articulando para uma atuação política a nível da definição das prioridades de pesquisa. Por exemplo, em 1976, de 70 milhões de dólares gastos em pesquisas contraceptivas fora das indústrias farmacêuticas, apenas 50 mil foram gastos nos métodos de barreira: diafragma e camisinha. Mas os métodos mais seguros e mais baratos não dão lucro para as multinacionais. Então, a nível de Brasil, você vê alguma coisa que se possa fazer?

As próprias pesquisas sobre a pílula — na tentativa de diminuir o número de contra-indicações ou a periodicidade — estão um tanto paradas. Isso ocorre porque os recursos estão sendo principalmente utilizados em benefício dos métodos definitivos e muito pouco nos outros.

Quando internacionalmente se parte para métodos como a esterilização, é a admissão de um certo fracasso dos outros métodos que não são definitivos. Alguma coisa realmente aconteceu para se chegar a isso: ou falta de interesse, ou porque, enfim, todos os movimentos políticos conseguem chegar só até uma certa esfera e são outras as forças que atuam na verdade.

Hoje, a gente se encontra em duas extremidades de um gradiente: ou se está partindo para os métodos bem naturais, ou para os definitivos. No Japão o Condôm voltou a ser o método mais usado. Porém, em geral, as mulheres, assim como os homens, entram um pouco nesse modernismo e ninguém quer mais saber de usar os métodos mais simples.

Não digo nem pesquisa, eu acho que seria importante mais ação: grupos de trabalho, mesas-redondas, etc., realizados em todos os ambientes, junto às mulheres e também aos homens. Talvez isso pudesse surtir algum efeito no sentido desejado.

Outro ponto que tem preocupado as feministas é a falta de proteção contra riscos desnecessários de novas drogas que estão sendo pesquisadas, ou da aprovação prematura para comercialização de métodos insuficientemente pesquisados, por exemplo, a pílula seqüencial e o DIU Dalkon Shield, que depois foram retirados do mercado. Há também a injeção Depo-provera usada em alguns países e proibida em outros. Assim, tem-se denunciado que a grande maioria de pesquisadores são homens que nunca usarão os métodos que desenvolvem. E tem-se reivindicado maior participação do sujeito de pesquisa no desenvolvimento e aprovação dos projetos. Você acha isso exequível?

A questão é um pouco mais geral, e também independente de ser homem ou mulher. Na verdade, os interesses econômicos estão presentes de tal forma que estoques acumulados que não têm saída no mundo mais desenvolvido acabam lotando os países em desenvolvimento. Frequentemente aparecem medicamentos que já estão mais do que proibidos em alguns centros e que nós, aqui, estamos consumindo porque eles estão sendo vendidos.

## A tal de "paternidade responsável" — eu não sei por que nunca chamaram de maternidade responsável.

As populações dos países menos desenvolvidos são usadas como cobaias para tudo quanto se faz nos hospitais e escolas. Tudo isso é real, tudo isso é lastimável. Então, quantas mulheres do Terceiro Mundo não foram e continuam sendo cobaias? E ainda continuam sendo consumidoras de técnicas, medicamentos ou de tratamentos que já estão fora de uso.

Onde eu acho que a mulher é especificamente sacrificada é no fato de que a pesquisa dos métodos anticoncepcionais masculinos caminha a passo de tartaruga. Aí é que eu acho que há desinteresse.

Também tem-se argumentado que, quando o homem assume o controle, a mulher fica na sua dependência, o que é problema quando não há consenso sobre se quer ou não a gravidez e quando o indivíduo não é confiável.

Essa é uma questão delicada. A gente precisa ter bastante cuidado nas colocações. A mim me parece que esta liberação feminina com seu corpo, com sexo, na utilização de anticoncepcionais, etc, tem também como consequência imediata que o homem nunca esteve tão liberado. Foram tiradas das suas costas todas as responsabilidades. A mulher faz aborto, a mulher toma a pílula, a mulher põe o DIU, se esteriliza, a mulher amamenta, a mulher tudo.

➤ Como você vê o incentivo ao aleitamento, como uma forma de diminuir a natalidade?

É uma variável bastante estratégica para a regulação da fecundidade. Até que é uma coisa benéfica para todo mundo, principalmente para a criança. Mas eu ainda vejo isso como uma exploração da mulher porque, no momento que você tem que dar o peito, o homem fica completamente livre de tudo. Porque a mamadeira, até que ele podia esquentar, não é? É mais um encargo nos ombros das mulheres. Eu tive um problema ético muito grande ao fazer pesquisa sobre aleitamento porque no audiovisual do governo, por exemplo, o que aparecia era quanto o Brasil ia economizar em divisas por não importar leite. Eu me irritei profundamente com isso porque era mais um encargo para a população pobre, porque, se você for de classe alta, você não amamenta, mas os tais

**Do ângulo da mulher, o planejamento familiar é tão prioritário quanto qualquer coisa.**

anticorpos que o filho precisa ter, você resolve tudo de outro jeito. E, se tiver algum problema por não ficar pertinho de você, você põe no psicanalista.

Eu acho também que você não pode falar de aleitamento materno sem ter creche, que é um outro ponto fundamental. E o grau de prioridade que as autoridades brasileiras dão ao aleitamento não é o mesmo grau de preocupação que vão pôr nas creches.

E, além do mais, tem um outro ponto importante: dizem que, por mais fraca que esteja a mãe, por mais desnutrida, o seu leite é bom. Mas e a mãe?

Qual sua opinião sobre uma política de planejamento familiar no Brasil hoje?

Cabe a nós, que estamos trabalhando nesta área, uma responsabilidade de prepararmos documentos para tentar orientar o Ministério da Saúde naquilo que deve ser feito no Brasil dentro dos serviços de proteção materno-infantil, prevendo acompanhamento e tudo mais. E a gente não pode fazer nada nessa direção sem a presença e a participação da mulher e de todos estes organismos que estão ligados a ela. Estou convencida de que as mulheres estão bastante conscientes de que existe o planejamento familiar, que ele deve ser acessível independentemente da faixa de renda, de educação, etc., etc. Mas eu acho que isso deve estar dentro de um projeto maior, de um acompanhamento de saúde e da análise das indicações e contra-indicações dos métodos para cada caso. Visto do ângulo da saúde, o planejamento familiar não é prioritário, mas visto do ângulo da mulher é tão prioritário quanto qualquer coisa. Nessa área faz uma falta extraordinária pesquisas sobre sexualidade que estivessem atreladas a um programa de planejamento familiar. O que nós sabemos é muito pouco.

# CRESCE A CAMPANHA PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO

**Um avanço: a discussão na 9ª Conferência Nacional dos Advogados, promovida pela OAB, da tese "Justiça Social e Aborto", de autoria de Romi Medeiros da Fonseca com a colaboração de feministas cariocas.**

O silêncio que cerca a discussão sobre o aborto começa a ser rompido pelo avanço da opinião pública. Na televisão, no Programa Flávio Cavalcanti, pergunta-se "você é a favor da legalização do aborto?", e, surpresa, a diferença entre os valores é pequena: 5.356 a favor e 6.016 contra. No II Congresso Médico da Faculdade Santo Amaro, em São Paulo, cerca de 80% dos estudantes presentes manifestam-se favoráveis à legalização. No Rio, participantes de vários grupos feministas realizam constantes panfletagens em feiras livres e encontram grande receptividade. A Casa da Mulher do Rio vai abrir suas atividades justamente com um seminário sobre contracepção e aborto, nos dias 7 de agosto e 9 de setembro (para maiores informações, ligue para (021) 274-0905).

Ao contrário de meses atrás, em que o simples fato de falar de aborto era considerado suprema ousadia de feministas que não têm o que fazer, agora o assunto é ventilado, debatido. Os partidos são instados a tomarem posição diante do problema e, embora nenhum vença a barreira da timidez para deixar claro ao eleitorado o que pretende fazer pela causa, alguns já demonstram maior preocupação e consciência em relação ao tema.

## O debate na OAB

Mas a principal vitória recente neste campo foi, sem dúvida, a apresentação da tese "Justiça Social e Aborto", da antropóloga e advogada Romi Medeiros da Fonseca, na 9ª Conferência Nacional dos Advogados, realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em maio, em Florianópolis. A tese, incluída dentro do temário oficial da Conferência ao lado de outras 35, foi a que despertou maior polêmica. Todas as teses são inicialmente discutidas em comissões e, somente em caso de aprovação nesta instância, são levadas à plenária final, onde só têm direito a voto os presidentes das seccionais da OAB. Na comissão, inscreveu-se um número enorme de oradores (36), e a tese foi finalmente aprovada por larga maioria. Mas, usando uma prerrogativa que o estatuto lhe concede, o presidente do Conselho Nacional da OAB, José Bernardo Cabral, adiou a discussão na plenária para a próxima conferência, que será realizada daqui a dois anos.

"O adiamento da votação na plenária não fechou a discussão sobre a despenalização do aborto dentro da OAB", diz a advogada carioca Leonor Paiva. "Ao contrário, agora as seccionais devem discutir a questão. E é bom lembrar que em conferências passadas foi exatamente isso que ocorreu com a discussão sobre o divórcio. Por isso, nós consideramos que o que aconteceu na Conferência foi um avanço na luta pela legalização do aborto."

## Justiça para os pobres

A tese de Romi, preparada com o auxílio de feministas cariocas, desbaratou os limites do previsível dentro da Conferência por concluir, depois do exame de todas as questões médicas, morais, legais e históricas, que a descriminalização do aborto é uma necessidade premente para a proteção dos direitos e da vida da mulher.

Exatamente aí reside o motivo para tanta animosidade na reação de alguns juristas, segundo a advogada criminalista Zulaiê Cobra Ribeiro, de São Paulo, que também participou da Conferência. Ela diz: "Enquanto se discutiam teses sobre Lei de Segurança Nacional, Constituinte, justiça agrária, direitos trabalhistas, havia consenso. Mas quando chega a hora de se falar em igualdade legal entre os sexos, um tema de grande ressonância política, econômica e social, a conversa muda de tom e se fala de proteção à vida do feto, mas não se leva em conta as milhares de mulheres que morrem ou ficam mutiladas em consequência do aborto clandestino que vem ocorrendo em larga escala."

A polêmica, que quase terminou em luta corporal, ainda serviu de base para alguns juristas acusarem a autora da tese de dividir as atenções e tentar rachar a OAB. Romi rebate: "É que o aborto bate nas batinas dos padres e para a OAB problema do povo é só Constituinte. E as mulheres que morrem, não são povo?" Zulaiê acrescenta: "Para a classe alta não há lei nem riscos. A lei só funciona para os pobres".

Aliás, a tese é extremamente clara em relação às mulheres que pretende amparar, ao considerar que "a maioria

das mulheres vítimas do aborto ilegal pertence às classes menos favorecidas economicamente" e que "falta um Programa Nacional de Planejamento Familiar acessível aos casais de baixa renda e capaz de fornecer-lhes meios de informações sobre o uso de anticoncepcionais".

A questão de se fazer justiça à mulher pobre e o direito da mulher dispor sobre seu próprio corpo ocupam um lugar destacado na tese. Outro aspecto que o trabalho ressalta com vigor é a questão da saúde pública, ao demonstrar que quantias enormes do orçamento dos serviços de Obstetrícia e Ginecologia da Previdência Social são destinados a tratar das conseqüências do aborto provocado. "É o nosso dinheiro que está sendo gasto inutilmente, quando uma pequena operação sairia muito mais barata e sem traumas para a mulher".

Romi e Zulaíê concordam em que a descriminalização do aborto deve vir necessariamente acompanhada de um processo de educação bem elaborado. "É preciso dar orientação sexual para que a mulher pobre planeje sua família e uma lei que a ampare".

Como a votação da tese foi adiada para daqui a dois anos, Romi mostra a importância de que neste período se realizem campanhas de pressão junto à Câmara e ao Senado. Se a OAB aprovar a tese, isso causará grande impacto no Congresso. "Mas — afirma Romi — é preciso que se acabe com o preconceito da própria mulher, a proibição do médico, a punição da lei, a idéia de pecado da Igreja e o medo dos partidos de perder o eleitorado. São milhares de vidas femininas que estão em jogo".

Lúcia Araujo e  
Maria Carneiro da Cunha

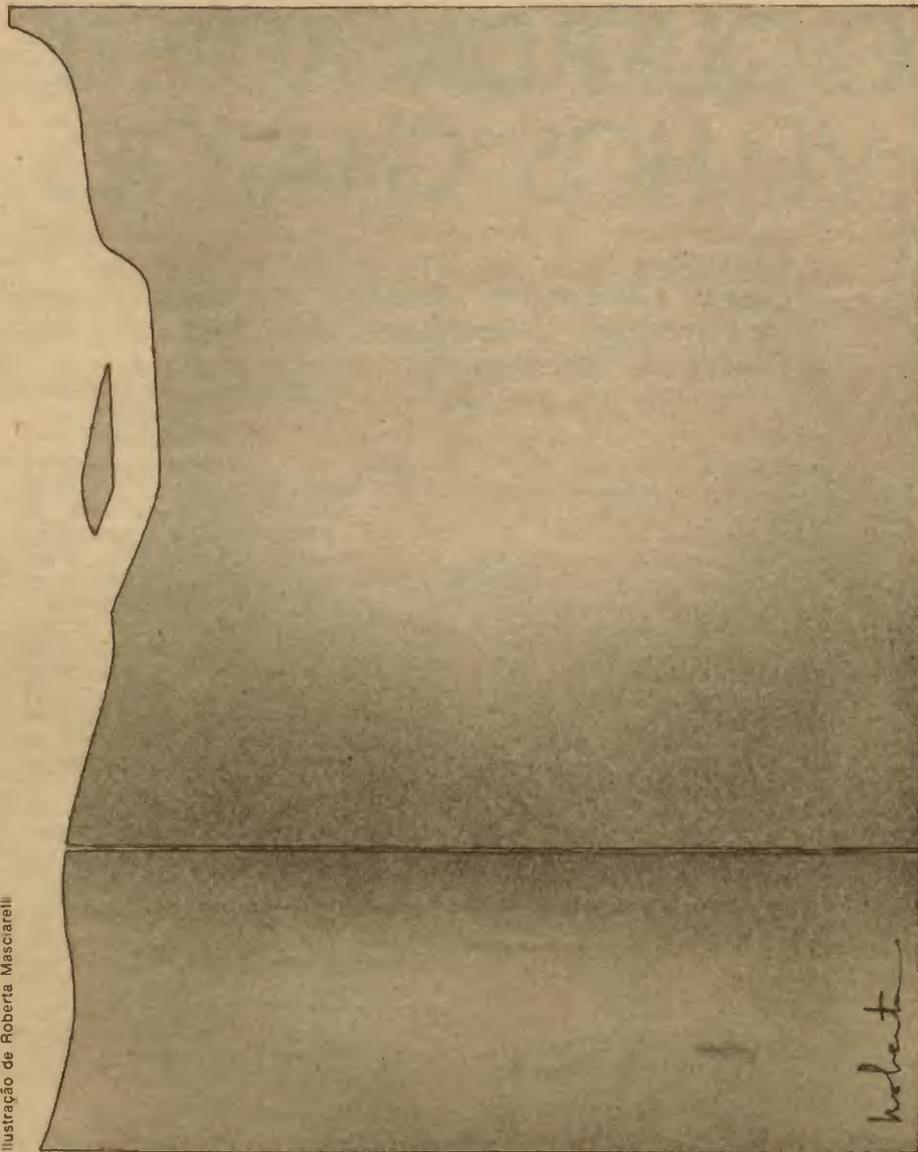


Ilustração de Roberta Mascarelli

## Maioria dos abortos são de casadas

*Coisa suja, pecaminosa, escondida, praticada por jovens inexperientes e solteiras que se meteram onde não deviam. Essa é a imagem mais comum quando se fala de aborto. Mas nada é mais falso: no Brasil, a maioria das mulheres que abortam são casadas, revela uma pesquisa recentemente concluída pela economista Hildete Pereira de Melo, do Rio de Janeiro.*

Hildete analisou todas as guias dos hospitais contratados pela Previdência, que constituem 40% da rede hospitalar brasileira, durante o ano de 1980. E constatou que 57% das mulheres internadas por sequelas de aborto são esposas de segurados do INPS, 3% são filhas, 7% são companheiras e 33% são seguradas elas próprias. Considerando que parte das seguradas também podem ser casadas, nota-se a alta incidência do aborto entre as mulheres casadas.

A pesquisa também mostrou que o aborto é um grave problema social hoje no País. Só nos hospitais por ela analisados, houve 201.597 internações devidas a sequelas de aborto em 1980, o que implicou num gasto com assistência médico-hospitalar (excluídos

os honorários médicos) de 421 milhões de cruzeiros.

O grande número de internações (há 7,2 internações devidas a seqüelas de aborto por mil mulheres em idade fértil) leva a economista a crer que "a clandestinidade provoca lesões, as quais exigem internações mais demoradas pela má qualificação das pessoas que praticam o aborto".

A mortalidade por aborto (0,01%) é menor que a mortalidade por parto natural (0,04%) e por cesariana (0,09%). Mas esse número poderia ser bem menor se o aborto fosse legalizado no país.

A pesquisa de Hildete, uma das vencedoras do 2º Concurso de Dotações para Pesquisas sobre Mulher da Fundação Carlos Chagas, traz dados importantes para a discussão sobre a legalização do aborto no Brasil: por ser uma prática clandestina, até hoje só havia na área impressões e estimativas, insuficientes para visualizar a amplitude do problema. Mas deve-se lembrar que ela trata apenas de mulheres que procuram hospitais e são internadas devido a complicações do aborto. E aquelas que abortam, e morrem, sem nunca chegar ao hospital?



# ESQUERDA REPETE VELHOS CHAVÕES

As oposições falam da demografia em vez de criticar a economia, discutem a miséria e defendem o liberalismo, tudo para justificar um discurso conservador sobre a família e a sexualidade feminina.

Os pronunciamentos sobre políticas de planejamento familiar são em geral apaixonados e não mudaram muito de tom desde os anos 60.

É difícil entender esse imobilismo quando o país sofre tantas transformações nesse período. É certo que as condições de vida do povo não melhoraram muito: as desigualdades de renda se acentuaram e a sua participação política foi reprimida. No entanto, vivemos um intenso processo de crescimento industrial e de urbanização, com a conseqüente ampliação da rede de comunicação interna e externa. Nesse processo, as mulheres se modernizaram. Em todas as classes sociais se tem notícias dos métodos anticoncepcionais, ainda que faltem informações precisas e idôneas. O desejo ao prazer e a controlar o próprio corpo é hoje reconhecido, e quase todos — homens e mulheres — aceitam que a reprodução deve ser um ato responsável.

Ora, com todas essas mudanças, precisamos de uma análise menos demagógica sobre a questão da natalidade, para tomar posição diante das reivindicações que vêm da sociedade e das ações propostas pelo Estado. Mas não é isso que se faz.

A esquerda brada que o Estado e as instituições americanas querem resolver a pobreza diminuindo a fecundidade: aí estaria a "essência" das políticas de controle da natalidade. E, nessa linha, ser natalista passa a significar ser antiimperialista, mesmo que se saiba que as razões do subdesenvolvimento são de outra ordem e que o controle da fecundidade não é capaz de resolvê-lo. Mas são vários os homens das mais diferentes tendências políticas que concordam com estes

argumentos. Um bom exemplo disso é o número de agosto de 1977 do jornal **Brasil Mulher**. Neste último, estão de acordo o cardeal Aluísio Lorscheider, Dom Eugênio Sales, a AMERJ, o então secretário de Promoção Social de São Paulo, dr. Mário Altenfelder e o bispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, que diz: "a mulher brasileira não precisa de pílula de graça, mas sim de comida para ela e seus filhos". Talvez não surgisse essa opinião se, ao invés de indagar os homens investidos de autoridade, se tivesse perguntado às mulheres o que elas pensam do assunto. Poder-se-ia descobrir que elas não concordam que o "melhor anticoncepcional é o desenvolvimento" e acham extremamente importante para a vida de cada uma controlar a sua fecundidade.

Mas as oposições não se contentam em denunciar a intenção "perversa" do Estado. Elas atacam os programas de controle de natalidade com base no argumento de que o Estado exorbita de suas funções ao interferir na esfera privada, naquilo que é competência de cada família. Eis aí a velha tradição do liberalismo procurando limitar a ação do Estado e reforçando a separação entre público e privado. Entretanto, a "esquerda" não se levanta contra a interferência na economia e as políticas sociais. Ela não reclamaria, por exemplo, da distribuição de merenda escolar, alegando que esta é uma área de competência das famílias e que caberia ao Estado elevar os salários ao invés de confundir o povo com alimentação para as crianças. A verdade é que as mesmas pessoas que são a favor do monopólio estatal do petróleo, do ensino público obrigatório, da Previdência Social, etc... são radicalmente contrárias à intervenção



do governo no que diz respeito à fecundidade da população.

Para entender esse paradoxo, é só considerar que quando se trata da reprodução estamos em um campo sensível e que o verdadeiro problema não é o Estado, mas a preservação de um velho padrão de família. E, sob este aspecto, grupos com uma visão política radical e estatizante se juntam a nacionalistas-conservadores para defender a liberdade das famílias. Por exemplo: o jornal **Movimento** de 31/5/1976 transcreve uma carta, dirigida ao cardeal Dom Eugênio Sales, na qual o dr. Mário Vitor de Assis Pacheco "manifesta profundo regozijo pela coincidência total de pontos de vista e considera que o honesto planejamento familiar é da alçada exclusiva dos cônjuges."

Eis o cerne da questão: a reprodução só é pensada como uma decisão dos casais. As inúmeras mães solteiras, as relações conjugais fora do casamento não são consideradas para se pensar a fecundidade feminina. A defesa da autonomia da família nessa matéria significa que só no quarto do casal são autorizadas as relações sexuais. Não é preciso demonstrar o quanto esta visão é opressiva e o quanto está longe das reivindicações das mulheres que desejam decidir sobre seu próprio corpo.

As correntes de esquerda proclamam que o Estado nacional seja reforçado e detenha os meios de produção para garantir maior igualdade. Entretanto, em matéria de natalidade, deve ficar ausente, deixando as mulheres presas às famílias e seus valores. Ninguém está defendendo que o Estado tenha políticas coativas, mas, enquanto ele não interfere, a verdade é que as mulheres pobres é que são prejudicadas. São elas que não têm acesso à informação sobre anticoncepcionais e aos serviços de saúde que, portanto, não têm condições de controlar sua fecundidade. Mas a esquerda parte do princípio que todas elas são boas mães, só querem casar e procriar e só lhes falta garantias de um bom nível de vida.

Em nome de um Estado que não existe mais, as oposições preservam um padrão que associa sexo a casamento. O mais grave é que, ao fazerem isso, defendem, na prática, uma desigualdade social, já que as mulheres ricas não têm problemas para controlar sua fecundidade.

Ruth Cardoso e  
Tereza Caldeira

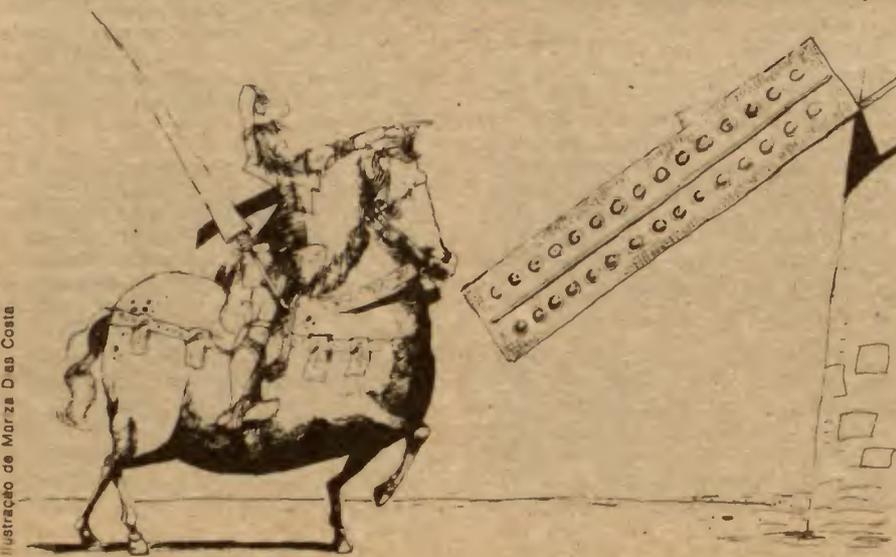


Ilustração de Marza Das Costa

# FESTIVAL

Vamos entrar nesta festa.

Homenagear as mulheres que participaram e "criaram" a história da arte no Brasil, ceder espaço para que nomes consagrados nas mais diversas áreas mostrem suas obras e revelar novos nomes, a nível nacional, da manifestação artística feminina — esses são os três objetivos centrais do 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes, que será realizado em São Paulo de 3 a 12 de setembro.

O Festival, organizado pelo Teatro Ruth Escobar com o apoio da Revista Nova, vai permitir que, pela primeira vez de forma organizada, a mulher mostre toda a sua obra, delineando um painel global da produção artística feminina nos setores de dança, música, artes plásticas, literatura, teatro e cinema. Ele será realizado simultaneamente em vários locais da cidade: salas de teatro, cinemas, museus, galerias de arte, livrarias, bibliotecas e até praças públicas.

Um grande show no Estádio do Morumbi, "Canta Mulher", abrirá o Festival no dia 3 de setembro, com Maria Bethânia, Gal Costa, Simone, Nana Caymi, Célia, Maricene Costa e Fátima Guedes, entre outras. Nos dias seguintes, mulheres que em seus países projetaram-se como artistas e como personagens ativos da transformação social falarão sobre seu trabalho. Segundo a comissão organizadora, já confirmaram sua presença Melina Mercouri, ministra da Cultura da Grécia; Dacha Maraini, uma das feministas mais conhecidas da Itália; a atriz Cláudia Cardinale; Maria de Lourdes Pintassilgo, ex-primeira ministra de Portugal e poetisas e escritoras portuguesas que coordenarão uma mesa-redonda sobre a evolução dos movimentos da mulher em Portugal. Também foram convidadas Annie Girardot e Angela Davis, entre outras.

Os preparativos para o Festival

estão intensos, sob a orientação geral de Ruth Escobar e das coordenadoras



de área — Maria Moraes (áreas de cinema e música), Solange Padilha (literatura e artes plásticas) e Nirce Levin (teatro e dança). Os diversos grupos de trabalho seguem uma mesma concepção: 1) apresentação histórica, expondo os trabalhos das pioneiras do passado; 2) mostra de obras inéditas ou não de artistas conhecidas; e 3) espaços abertos à produção de artistas ainda anônimas.

### Como participar

Você pode participar do Festival de diversas formas, segundo a comissão organizadora. Qualquer mulher poderá trazer e expor seu trabalho, desde que este fique sob total responsabilidade da autora. O Festival não arcará com as despesas de estadia e locomoção, mas procurará garantir alojamentos em residências a todas as interessadas. Se você quiser apresen-

tar trabalhos, escreva ao Festival especificando a área a que ele pertence.

Outro setor em que a participação do público é direta são as oficinas de trabalho, que abrangerão as seis áreas, na parte da manhã, exigindo uma continuidade de no mínimo três dias, com cerca de três horas de duração. Todos os trabalhos que forem produzidos nas oficinas serão expostos ao público durante o Festival. Se você se interessar, escreva dizendo a área.

Haverá também palestras e seminários sobre o movimento feminista, a mulher na imprensa brasileira, na literatura, na dança, na música, no teatro, nas artes plásticas e no cinema, a participação da mulher nas artes e nos movimentos de transformação social etc. A comissão pergunta: Em que seminários você gostaria de participar? Seminários de arte ou de movimentos de transformação político-social? E que outros temas você gostaria que fossem incluídos?

A comissão pretende ainda homenagear mulheres de todo o País, artistas de todos os setores que, pelo seu trabalho, tenham marcado a história da arte nacional, e pergunta: você conhece alguém que considere importante em sua região e que eventualmente deva ser lembrada pelo Festival?

O Festival não está recebendo antecipadamente trabalhos e obras. Por isso, se sua participação estiver ligada à apresentação de um trabalho, escreva para o Teatro Ruth Escobar, 1º Festival Nacional das Mulheres nas Artes, rua dos Ingleses, 209, CEP 01329, São Paulo, incluindo os seguintes dados em sua carta: nome, idade, escolaridade e profissão.

As organizadoras sugerem que as pessoas interessadas em apresentar idéias para o símbolo e o cartaz do Festival, enviem sua colaboração até o dia 31/7.



SBPC



## Em busca de uma unidade afetiva

O Coletivo Feminista de Campinas convocou os grupos feministas de todo o País para participar de um encontro durante o próximo congresso da SBPC, nos dias 10 e 11 de julho, em Campinas. A proposta inicial de pauta gira em torno de dois temas centrais:

**A situação e a organização do movimento feminista brasileiro hoje.** — "Quais as diferentes práticas do movimento feminista no Brasil? Como se articulam? Não estamos pensando em um organismo nacional, mas em uma articulação em torno de uma perspectiva comum, uma unidade afetiva (afetiva mesmo), uma identidade, enquanto feministas. Nós precisamos disso? Nós vivemos um impasse no que diz respeito aos nossos caminhos? Nós temos conseguido fazer frente à descaracterização das propostas feministas por certas posições de esquerda e muitas vezes pelos órgãos de comunicação de

massa? Nós precisamos enfrentar nossas diferenças, entre as próprias feministas? Existe uma única perspectiva correta para uma prática feminista?"

**As feministas e as eleições de 82.** — "Não pensamos, longe de nós, numa unidade em torno de um partido. Queremos discutir, levando em conta que as feministas estão em partidos diferentes, respeitando essas diferenças. Mas, enquanto feministas, temos reivindicações que podem ser colocadas no Parlamento? Se temos, como trabalhar com elas nesse momento eleitoral? O que podemos esperar e exigir de candidatas (os) que colocam em sua plataforma a questão da mulher? Como impedir que sejamos manipuladas com fins meramente eleitorais?"

Endereço do Coletivo: Rua Luiz Marsaloli, 111, Taquaral, 13100, Campinas.

## NOTAS

o Cerca de 250 trabalhadoras rurais gaúchas reuniram-se no final de maio em Passo Fundo, no 1º Encontro da Mulher da Zona Rural, e decidiram encaminhar aos Ministérios da Previdência Social e da Agricultura um documento em que reivindicam o mesmo direito à sindicalização que têm os homens do campo, aposentadoria aos 40 anos e redução de 65 para 55 anos de idade para os trabalhadores rurais se aposentarem.



o Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, de Belo Horizonte, formalizou a criação do SOS Mulher, em nova sede (rua São Paulo 1480), inaugurada em maio. O SOS começou a funcionar com plantões semanais, às quintas-feiras, das 18 às 21 horas, com apoio às mulheres vítimas de violência.



## À Xuxa, com amor



## CINEMA

### Programe estes filmes

Você quer alugar filmes sobre mulher para projetar em sua associação sindical ou em sua cidade? Agora ficou mais fácil: um grupo de cineastas criou a CDI — Cinema Distribuição Independente, justamente para facilitar o acesso a um cinema que não se vê na televisão e nos circuitos comerciais.

Num catálogo inicial de 140 filmes de curta e longa-metragem sobre vários temas, há oito relacionados diretamente à mulher. São eles: **Balzaquilanas**, de Eliane Bandeira e Marília de Andrade, prêmio de Melhor ficção na X Jornada Brasileira de Curta-Metragem; **É Menino ou Menina?**, de Eliane Bandeira e Marília de Andrade; **Retratos de Hideo**, de Olga Futema; **Tempo Quente**, de Leilany Fernandes Leite, prêmio especial na X Jornada Brasileira de Curta-Metragem; **Tigresa**, de Wilson Barros; **Trabalhadoras Metalúrgicas**, de Olga Futema; e **Vida de Doméstica**, de Eliane Bandeira. Depois de divulgado o catálogo, mais dois filmes ficaram prontos: **Mulheres da Boca**, de Inês Castilho e Cida Aidar, e **Terceira Idade**, de Eliane Bandeira e Marília de Andrade.

Se você se interessar por algum desses filmes, procure a CDI, à rua 13 de Maio, 489, São Paulo, SP, 01327. O telefone é 288-4694. A CDI não tem fins lucrativos. No próximo número publicaremos a lista de filmes sobre mulher de outra distribuidora independente, a Dinafilmes.

## CORREIO



Tenho vontade de mandar uns recados à Xuxa — aquela manequim que anda ultimamente nas paradas de sucesso publicitárias. Como não sei se Xuxa lê o *Mulherio*, mando o recado através das leitoras. Me impressionou uma entrevista que a moça deu à *Folha de S. Paulo*, afirmando, como convém em seu metiê, nunca ter tido problemas com os homens, mas com as mulheres, sim. "Só levei patadas..."

Comparada pela grande imprensa à Marilyn Monroe brasileira, Xuxa reedita aos 19 anos e em plena década de 80 uma imagem de mulher que já estava entrando para os museus: a da sensual/infantil, que se adapta ao desejo de todos os homens sem desapontar nenhum — e desperta inveja nas outras mulheres. A própria repórter da *Folha* compra essa imagem: Xuxa fala coisas "tão burrinhas", mas com um jeitinho "tão encantador".

A mulher-sensual de 30 ou 40 anos atrás, corpo sem espírito, corpo-contorno sem vida e nem história (por isso "tão inexperiente!" aos 20, aos 30 ou aos 50 anos; por isso cordata, dócil, maleável...) ressurgiu agora na figura dessa manequim. Talvez por ser ainda muito jovem e de um padrão de beleza melo universal no Ocidente (loirinha, de traços pouco marcantes, contornos redondinhos etc) Xuxa se presta a essa manipulação publicitária.

Mas há um engodo nesse conto de fadas sobre a mulher dita feminina: é que esse tipo de mulher, assim como a Xuxa, costuma se identificar sempre

com os homens — e não com as outras mulheres. Assim como um travesti, a mulher considerada "feminina" ostenta com exagero no corpo, no rosto, nas atitudes, todos os signos da feminilidade — mas se expressa como alguém que não pertence ao mundo da mulher. Identifica-se a partir do desejo do homem. O que significa ser essa "feminilidade" justamente seu oposto, negação radical de identidade feminina. Que se define aliás pela diferença em relação ao homem. Que se choca, por vezes, com o desejo do homem — que lhe é complementar mas também oposto. Essa seria a real identidade feminina.

Não que os sexos devam viver em guerra (mas vivem!...). O conflito na relação pode ser fator de crescimento. Tomara que seja. Mas quando uma das partes — no caso a mulher — se anula para ser valorizada pela outra, nega o conflito, se traveste daquilo que o outro espera a seu respeito, então não há crescimento. Não há nem mesmo relação.

Os homens que curtem a Xuxa, pensando que estão curtindo o suprasumo da mulher, se enganam: estão consumindo apenas um espelho de si mesmos. Travestido, disfarçado no que seria A MULHER. A existência realmente feminina de moças como Xuxa está absolutamente negada dentro desse padrão da mulher sensual. Marilyn Monroe deve ter sentido isso na pele. E não agüentou.

Maria Rita Kehl



## DISCO



## Dona Galinha, não abandone o ninho!



Vocês se lembram do Fradinho do Henfil? E do Joãozinho o monstro das piadas? Pois bem contaram outro dia que esses personagens estão sugerindo aos pais, parentes e amigos que dêem de presente para a criançada, meninos e meninas indistintamente, o disco Selo Colúmbia que contém a história "Dona Galinha e seus Pintinhos" (conto de Elza Fiusa; Orquestração Radamés Gnattali; Narradora Nely Martins; Elenco: Teatro Disquinho; Selo Continental, 1970).

Mais uma estória de galinheiro em que, por curto-circuitos misteriosos, o adulto escolhe as aves para transmitir às crianças seus preconceitos mais escabrosos. Pois bem, neste estilo a sra. Elza Fiusa criou a peça antológica resumida abaixo:

Festa no galinheiro. As aves alvo-voçadas se preparam para o baile. Coitada da dona Galinha que, chocando seus ovinhos, não poderá se divertir! Mais eis que de repente surge uma idéla. Dona Pata passa com seus patinhos. Quem sabe ela ficaria chocando um pouquinho no seu lugar.

Dona Pata reage indignada, zangada mesmo! Quem cuidaria dos pati-

nhos? Dona Galinha toma uma decisão: ajeita a palha em cima de seus ovos e, "que tristeza, vejam só meus amiguinhos, dona galinha saiu abandonando seus ovinhos". Vai pro baile, brinca, canta, dança, perde a hora. Quando se dá conta de sua loucura volta correndo para casa. E lá, que horror, que barbaridade, no ninho apenas as cascas dos ovos. Chorando, dona Galinha pergunta: onde estão? Talvez a raposa os tenha comido? Quando já estava desanimada, com o coração partido, ouve uns plados: que alegria, vivos, vivinhos, são os pintinhos que estão lá.

Epílogo: (cantado, falado, narrado) "nunca mais, em minha vida, abandonarei meu ninho!"

Não tem jeito, mesmo! Quando a gente sai para trabalhar fora e põe o filho na creche, lá vem o anúncio da LBA na televisão que, para pedir dinheiro, aterroriza as crianças. Quando a gente sai para se divertir, reinventam o bicho-papão. Eu só estou querendo saber uma coisa: nessa estória toda, onde estava mesmo o Papai Galo?

Fúlvia Rosemberg

# TEVÉ

## Vamos perguntar pro Sílvio Santos quanto ele fatura?

Quando se fala em violência contra a criança geralmente a associação é feita com suas formas mais visíveis e clamorosas: espancamento, abuso sexual, desnutrição, abandono etc. Existe porém uma violência cotidiana, quase incorporada aos usos e costumes dos adultos na lida com crianças. É aquele tipo de "brincadeira" em que a pseudocomicidade da situação provém do desnível de informação entre adulto e criança e da fluidez das barreiras infantis; do que, numa linguagem de dominadores, chamamos de disponibilidade ou inocência da criança.

Lembro com muita clareza da cara amargurada, do riso a contragosto dos meninos, meio não querendo mostrar, quando algum adulto (leia-se homem), mimando o gesto dizia: "tirei seu pinto, menino". Ou quando um adulto homem, gabando da força do meu afeto, e da angústia da experiência da contradição, me perguntava impunemente: "de quem você gosta mais, do seu pai ou da sua mãe?"

Coisas antigas relegadas a um passado longínquo? Que esperança! Essa violência está presente no Programa Domingo no Parque, auditório infantil. Com um sorriso estarrecido, Sílvio Santos, o manejador da barbárie, vai entrando, sem cerimônia, na intimidade das crianças, aproveitando-se de seus brindes para enganá-las. Rindo impunemente, faturando sem escrúpulo, humilhando sem vergonha. Vejam essa cenas, tomadas em dois domingos sucessivos:

1) Dois times de meninos disputam uma partida de cabo de guerra. O grupo perdedor tem por castigo virar mulher! E, na frente do vídeo, um moleque é travestido pouco a pouco. Põem-lhe saia e turbante. Deve imitar uma mulher se penteando, passando batom. "Você não sabe passar batom? Faça melhor! Ai, muito bem!" E aquele olhar do menino, aquela mímica de choro controlado, para finalmente ganhar o "brinde" prometido: brinquedos e tênis.

2) Um grupo de meninos e meninas será avaliado pelo desembaraço em responder perguntas do tipo: "Você já apanhou da sua mãe?", "O que você fez para ser castigado?", "Qual a coisa mais errada que você já fez?"

Para que comentar mais? Fico só imaginando como seria o sorriso de Sílvio Santos se devesse responder a perguntas equivalentes. Quanto o sr. fatura por mês? O que há de ilícito neste faturamento? O sr. sonega o imposto de renda? E o dinheiro do Baú da Felicidade?

Fúlvia Rosemberg

# GREVE

## Mulher macho, sim senhor

"Os patrões me chamaram de mulher-macho. Mas pra mim isso não é ofensa. Porque eu acho que nós temos capacidade e condições, a mulher tem o mesmo direito que os homens pra fazer uma greve, pra fazer qualquer tipo de coisa. As mulheres enfrentaram os piquetes, enfrentaram revólver, enfrentaram caminhão, enfrentaram carro, porque na nossa categoria não tinha homem competente, de capacidade, de coragem para enfrentar aquilo ali. E o pouco medo que eu tinha eu perdi completamente. Não tenho medo de mais nada, de nada mesmo".

Esse é o relato de Ana Borges dos Reis, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Criciúma, Santa Catarina, a respeito de uma greve que terminou com a conquista do piso salarial para a categoria. A greve, prevista apenas para uma pressão para o julgamento do dissídio, durou oito dias, em fevereiro deste ano, e mobilizou 80% dos 4.500 trabalhadores do setor na cidade, com grande número de mulheres e menores.

Ela continua: "Diz uma das nossas companheiras que pra quem já está no inferno, não custa dar um abraço no diabo. Outras disseram: 'Eu até agora só sabia perder, agora aprendi a lutar'. Teve criança que disse: 'Sou criança mais estou fazendo coisa que gente grande não faz'. Muitas mães sentaram do lado da filha, dentro do sindicato, durante a greve, pra dar apoio pra filha, pra que não voltasse ao serviço. Mãe-que foi dentro da firma buscar as outras filhas que estavam lá dentro, trouxe e botou embaixo do braço dela e ficou dentro do sindicato".

Ana fez esse relato durante o 1º Seminário Nacional das Trabalhadoras de Vestuário, realizado no final de abril em Viamão, Rio Grande do Sul. O seminário reuniu 25 representantes de sindicatos de cinco Estados. Uma de suas conclusões foi a necessidade de estabelecimento de uma ampla campanha de luta pelos direitos mínimos assegurados pela CLT.

Maria Noemi Castilhos Brito, de Viamão.

# VIOLÊNCIA

## O maníaco do Brás

O caso do maníaco do Brás me faz pensar numa coisa: se se tratasse de um crime racista — alguém que matasse negros, como a Ku Klux Klan, nos Estados Unidos —, as pessoas imediatamente o qualificariam de criminoso político. O racismo tem status político: a Ku Klux Klan, com todas as suas idiossincrasias, é sem dúvida uma organização política, com uma ideologia clara, expressão de interesses claríssimos. O combate à Ku Klux Klan e ao racismo, como o combate a Hitler e aos campos de concentração, era e é feito com todo o necessário respeito devido a organizações e atos políticos: ninguém pode simplesmente tratar essas organizações de "loucas", "insanas", e relegá-las à repressão pura e simples. Porque elas são expressão de uma ideologia, que continua existindo.

O inimigo, então, não é a Ku Klux Klan, ou Hitler, mas as ideologias que expressam o racismo e o nazismo — é contra essas ideologias que se luta, o combate é por aí.

Tudo isso para observar que, no caso de crimes sexistas, a postura é completamente diferente. O tal maníaco do Brás, por exemplo, conhecido como Nego Testa, é acusado do assassinato de cinco prostitutas. Nego Testa era gigolô e começou matando duas aparentemente "por amor" de uma terceira: Vera Lúcia, que parece que também já foi morta. Alguém se indigna? Falo de indignação, não de comentários tipo "ai que coisa horrível não?". Não, ninguém se indigna. Todo mundo fica nos limites do "trata-se de um louco". Quando morre uma mulher, assassinada pelo simples fato de ser mulher — as prostitutas morreram por isso —, ninguém pensa na terrível ideologia que está por trás do crime, que justifica o crime e da qual o crime

é a expressão mais aguda. Para não discutir a ideologia oculta é que se sai pela tangente: "Foi um louco". Deixa de ser uma responsabilidade coletiva, para ser obra de um alienado mental. É tão grave quanto atribuir a ação da TFP a neuróticos, complexados ou coisa que o valha. Tão perigoso quanto. Para nós, mulheres.

Leda Beck

## Campanha na Bahia

Há maior covardia do que atirar em alguém pelas costas? Pois foi assim, com dois tiros nas costas, que o comerciante baiano Édson Gonçalves Trindade matou sua mulher, Marize Maria Chojunski Trindade, no dia 5 de abril, em Salvador. Tudo indica que o crime foi premeditado, pois, na noite do assassinato, Édson levou os três filhos do casal (uma de seis anos, um de quatro e outro de dois) para o apartamento de sua mãe, no mesmo prédio onde mora.

O fato motivou o grupo feminista Brasil Mulher a intensificar sua campanha contra a violência à mulher, com a distribuição de notas à imprensa local e a elaboração de um abaixo-assinado contra a violência. "Recorrer ao assassinato é a expressão extrema de um sentimento de posse e poder que se julga incontestável. Uma mulher, por não obedecer, pode ser punida hoje com uma surra, amanhã com a morte. Nós exigimos que essa violência seja condenada e combatida pela sociedade, e que casos como o de Marize não fiquem impunes", diz o abaixo-assinado.

O Brasil Mulher pede a colaboração de todos os grupos de mulheres na divulgação e apoio da campanha. Manifestações de solidariedade e abaixo-assinados podem ser enviados ao novo endereço do grupo: rua Brigadeiro José Ferreira, 77, Salvador, BA, 40.000.

## LÁ FORA

### Na Nicarágua, a batalha para transformar o homem.

Tarde sol na Praça da Revolução, Manágua, 27 de março. O comandante Tomás Borges, um dos líderes da revolução sandinista na Nicarágua, diz coisas que emocionam milhares de pessoas: "Algum dia nossas mulheres conquistarão o legítimo direito à igualdade; neste dia, nós homens seremos mais livres, e mais felizes."

Borges encerrava o "Encontro Continental de Mulheres, Independência Nacional e Paz", que reuniu durante quatro dias 300 mulheres das mais diversas tendências políticas e de 60 países. O perigo de uma intervenção norte-americana na Nicarágua ainda pairava no ar: no dia anterior, Daniel Ortega regressara de Nova Iorque, onde denunciara esse perigo no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mas isso não impedia que a praça se transformasse numa verdadeira festa, com uma massa de homens, mulheres e crianças.

Depois de reconhecer que na Nicarágua "a mulher ainda é vítima de discriminação e injustiças herdadas" e de falar do esforço do governo para acabar com a discriminação e construir "mais centros de desenvolvimento infantil, mais lavanderias populares, restaurantes populares e ir criando maiores oportunidades de trabalho à mulher", Borges enfatizou a importância da luta ideológica:

"Deve dar-se uma grande batalha para transformar o homem. O somozismo não só bombardeou cidades e povoados inteiros, semeando a morte e o terror, mas deixou escombros também na vida espiritual e nos costumes de nossa sociedade. Devemos enfrentar coletivamente este problema. É uma tarefa de homens e mulheres a luta contra os velhos esquemas mentais".

Essa frase provocou aplausos e expressões de afeto para o homem que durante cerca de 20 anos lutou pela derrubada de Somoza e formou militarmente centenas de mulheres. Em seu uniforme verde oliva, como as jovens milicianas que o ouviam, Borges acrescentou:

"Como é possível que um revolucionário não se envergonhe de participar no ato criador de uma nova vida e no entanto não queira compartilhar a responsabilidade de manter, cuidar e desenvolver essa vida? O homem que abandona seu filho é um criminoso. O homem que não respeita a mulher é um criminoso."

**Adriana Santa Cruz, da  
Cidade do México.**



## REYNALDÃO



### Pinóquio ataca em São Paulo



Eu posso garantir que essas mães são mães solteiras

Jornal da Tarde, 13/5/82.

Na última semana em que Reynaldo de Barros, agora candidato do PDS ao governo do Estado, esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, choveram anúncios nos jornais, rádios e TVs, uma enxurrada de fim de mandato. O Estadão do dia 12 de maio publicou um anúncio gigantesco, quase página inteira, com fotos magníficas de lindas crianças e o título: "Atendendo a insistentes pedidos, mais 57 creches serão construídas pelo prefeito".

Com mais essas 57, ele terá inaugurado cerca de 300 creches na Capital e — justiça seja feita — um belo avanço, porque não havia quase nada. Mas no mesmo jornal saiu matéria com o pessoal do Movimento de Luta por Creches, reclamando feio: Reynaldo prometeu construir duas mil creches, no dia 10 de outubro de 1979; um mês depois, reduziu esse número para 830 e, agora, em seu mais recente boletim de propaganda, anuncia que a meta é de 300 creches. As mães da periferia dizem que ele só pôs para funcionar

104 creches. E, mesmo assim, em condições tão insatisfatórias que faltam sabonetes e outros materiais de limpeza em muitas delas. Várias delas, com apenas um ano de uso, já apresentam paredes rachadas, vazamentos, fossas e bueiros entupidos. Também falta material pedagógico e até a alimentação teria sido reduzida. Além disso, enquanto a Prefeitura se vangloria de estar atendendo nove mil crianças com suas creches, há outras 50 mil inscritas, aguardando vagas.

No dia seguinte, Reynaldão reagiu assim às críticas do Movimento de Luta por Creches: "Eu posso garantir a vocês que essas mães são mães solteiras, pertencentes a uma agremiação, possivelmente algum partido, que não estão nem um pouco interessadas nas creches, como já vi muitas, e que só procuram fazer demagogia e desmanchar a imagem nossa. Mas a verdade é a seguinte: esse é um povo do "papofurado", de língua comprida e que faz crítica infundada."

Leda Beck



## PROPOSTA



### União lança seu programa

A União das Mulheres de São Paulo publicou um caderno com seu programa e o discurso pronunciado por sua presidente, Maria Amélia Teles, no dia de lançamento da entidade, em dezembro de 81. Apesar de saudar todas as iniciativas que as mulheres vêm tomando para se organizarem, Maria Amélia critica duas correntes que identifica no movimento de mulheres.

A primeira é a das entidades que procuram organizar a mulher em torno de questões gerais, sem levar em conta a sua condição particular de mulher. Para ela, essa tendência, intencional ou não, é "uma tentativa de manipular as mulheres e utilizá-las como massa de manobra".

A segunda tendência é a das organizações que "reconhecem a especificidade da luta feminina, mas não vinculam esta luta à luta política geral, pois acreditam que se assim o fizerem estarão colocando o movimento de mulheres a reboque de interesses políticos alheios a elas. Dessa forma, contribuem ainda mais para o isolamento

do movimento de mulheres dos trabalhadores em geral, impedindo a mulher de participar da vida política, o que reforça o atraso e a marginalização que já sofre".

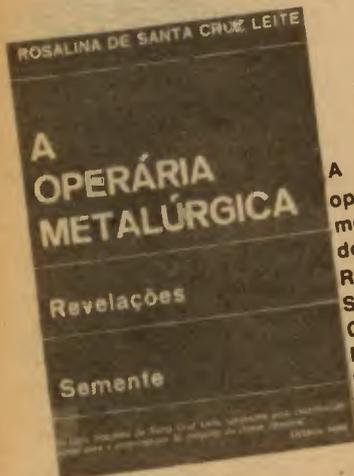
A União das Mulheres quer ser "uma entidade democrática, independente e de massa" e em seu programa defende os seguintes pontos: "1) Pleno direito ao trabalho, ampliação do mercado de trabalho e o direito à profissionalização, salário igual para trabalho igual, creches públicas e gratuitas; 2) Direito à maternidade, direito de decidir pelos filhos que deseja ter com as condições necessárias; 3) A luta contra a política de controle da natalidade imposta pelo governo que só serve aos interesses dos imperialistas; 4) Por uma assembleia nacional constituinte livre e soberana, com ampla participação feminina que seja precedida do fim do regime militar e convocada por um governo democrático de unidade popular; 5) Pelo fim do domínio imperialista em todos os setores da vida nacional; e 6) Contra a violência que sofre o povo em geral e em particular a mulher."

# LEITURA

política, da organização das mulheres. De uma vida completa, onde "ser mulher" tem muito a ver com existir.

Na introdução do livro, Rosalina apresenta um painel do movimento de mulheres no Brasil. Suas principais lutas, sua organização nos diversos períodos de nossa história, chegando até os grupos feministas que existem atualmente. E, com um breve histórico, homenageia de certa forma as primeiras feministas brasileiras do início do século.

Beth Vargas, da Associação das Mulheres Jani Chiriac



A operária metalúrgica, de Rosalina Santa Cruz, Editora Semente, São Paulo, 1982.

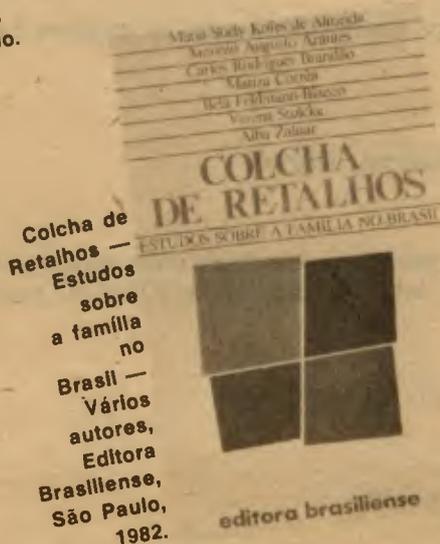
## A operária metalúrgica

A mobilização das mulheres em torno de seus interesses divide ou não o movimento popular? A mulher operária, explorada enquanto classe, terá algum interesse em colocar-se também enquanto "sexo oprimido"?

O movimento de mulheres no Brasil continua buscando seu caminho, tentando abrir um espaço para a luta das mulheres contra a opressão e a discriminação, entendendo a libertação da mulher como algo que começa aqui e agora, a partir de nós mesmas, como algo que acrescenta uma nova qualidade à luta de todos os oprimidos.

Rosalina Santa Cruz, militante feminista, vem contribuir para esta luta com seu livro *A operária metalúrgica*. O livro, originário de uma dissertação de mestrado em Ciências Sociais, foge das teses puramente acadêmicas, dando uma dimensão mais humana a um trabalho de pesquisa.

Em sua análise, ela situa a mulher metalúrgica em um movimento mais global, sem dividi-la entre "trabalho" e "vida". Recolhe depoimentos de operárias com algum grau de participação política que nos falam do trabalho, do chefe, das tarefas domésticas realizadas à noite ou no fim de semana, do marido, da contracepção, dos filhos. E também do sindicato, da militância



Colcha de Retalhos — Estudos sobre a família no Brasil — Vários autores, Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.

## Colcha de retalhos

Colcha de Retalhos — expressão que descreve coisas desconexas ou sem ligação. Entretanto, as colchas feitas de retalhos estão longe de apresentar esta desarticulação. São lindas, exatamente porque têm uma certa ordem por trás da aparência de desordem.

O título desse livro contém essa mesma ambigüidade, pois anuncia um conjunto de trabalhos que, à primeira vista, analisam situações diferentes e usam enfoques diversos. O único traço comum (indicado no subtítulo) é o interesse pela família no Brasil ou,

melhor dito, pela variedade de famílias que convivem em nosso país.

Porém, se refletirmos um pouco sobre estes ensaios, veremos que a ambigüidade do título é intencional. As contribuições são diferentes e não têm pretensão de homogeneidade, mas estão articuladas por um objetivo comum, que é demonstrar a diversidade. Todos os autores estão do mesmo lado afirmando que são muitas as maneiras de ser organizar famílias e de viver papéis familiares. Todos têm uma postura crítica diante da literatura consagrada sobre o tema.

O primeiro passo foi repensar a família patriarcal brasileira e o seguinte foi procurar compreender os mecanismos que reforçam ou enfraquecem os laços familiares entre os colonos de café ou entre os camponeses de Goiás. O problema das relações entre o sistema econômico e a estrutura familiar se recoloca no estudo dos pequenos burgueses moradores de uma Comarca de São Paulo.

Ao fechar este livro, nenhum leitor se sentirá confortável pensando na família como uma instituição estável e definida. Estaremos longe do debate que contrapõe a inegável permanência de laços familiares à sua decadência. Com lentes de aumento foram dissecados os diferentes grupos, as situações de classe, buscando suas peculiaridades, mas também sua dependência com relação aos padrões dominantes na sociedade.

Os últimos capítulos trazem ainda uma contribuição especial porque focalizam os papéis femininos. Donas-de-casa de um bairro pobre, empregadas domésticas e patroas são estudadas para evitar as generalizações apressadas. O compadrio é retomado para iluminar o sentido da consaguinidade.

Sem negar a existência de um universo comum a todas essas situações, os autores procuram aprofundar as singularidades, olhando ao mesmo tempo para o geral e o particular. E oferecem uma importante contribuição a esse campo de investigação.

Ruth Cardoso

# AGENDA

• O Programa de Promoção da Mulher da Assessoria de Pastoral Universitária do Instituto Metodista Bennett vai realizar o seminário "A Educação e os Papéis Sexuais", nos dias 16, 17 e 18 de julho, na sede do Instituto (rua Marquês de Abranches, 55, Flamengo, Rio de Janeiro, fone 245-8000, ramal 51). Participarão do seminário, entre outras, Danda Prado, Lélla Gonzalez, Mariska Ribeiro, Mary Sue, Felícia Madeira e Lucy Lupia.

• Com a participação de cientistas sociais do mundo todo, será realizado no Rio de Janeiro, de 9 a 14 de agosto, o Congresso da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA). O Comitê de Pesquisa "Mulher e Política" terá direito a três painéis ("Mulher e poder", "Mulher e sistemas políticos"

e "Família e Estado") e a uma sessão especial, sobre "Movimentos e Organizações Femininas". Para maiores informações, procure Fanny Tabak (rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Casa XIX, CEP 22453, Rio de Janeiro).

• A mulher no esporte. Este é o tema central do X Simpósio de Ciências do Esporte, que será realizado de 3 a 6 de setembro no Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (av. Goiás 3400). O simpósio é promovido pelo Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano, e dele participarão esportistas e pesquisadores.

• O Núcleo de Estudos sobre a Mulher (NEM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, está

convidando pesquisadores e docentes que se dedicam a estudos sobre a mulher para aderir à Associação Latino-Americana e do Caribe de Estudos sobre a Mulher (ALACEM), criada em novembro passado. Endereço para correspondência: Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Casa XIX, CEP 22453, Rio de Janeiro.

• O 5º Festival Internacional de filmes de mulheres será realizado em Bruxelas no mês de outubro de 1982. Desde já, a delegada geral do Festival, Evelyne Paul, está à procura de filmes interessantes (curta, médias e longas-metragens, em 16 e 35 mm). Este festival concede dois prêmios (da imprensa e do público). Endereço: La Femme Dans Le Cinéma, 99, Rue Camille Lemonier, 1.060 Bruxelles, Bélgica.

# Relíquias do pensamento universal

**A** mulher é um animal de cabelos longos e idéias curtas. *Nietzsche*

**N**ão há no mundo nada pior que uma mulher, exceto outra mulher. *Aristófanes.*

**A**s mulheres não são outra coisa que máquinas de produzir filhos. *Napoleão*

**A** mulher representa uma espécie de etapa intermediária entre os meninos e os homens. *Schopenhauer*

**T**oda mulher deve casar-se, e nenhum homem. *Disraeli*

**A** vontade de sucesso na mulher é uma neurose, resultado de um complexo de castração, da qual ela não se curará a não ser pela total aceitação de seu destino passivo. *Freud*

**D**uas mulheres são piores que uma. *Plauto*

**A** mulher é sempre volúvel e mutável. *Virgílio*

**N**em todas as mulheres gostam de apanhar, só as normais. *Nelson Rodrigues.*

**U**ma mulher casada é uma escrava que exige ser colocada em um trono. *Balzac*

**N**ão foi Adão quem se deixou seduzir, mas a mulher que, seduzida, tornou-se culpada de transgressão. Apesar disso, ela será salva, na condição de se tornar mãe e perseverar com modéstia na fé, na caridade e na santidade. *São Paulo*

**A** felicidade do homem é EU QUERO, a felicidade da mulher é ELE QUER. *Nietzsche.*

**A** mulher é um ser ocasional e accidental. *São Tomás de Aquino*

**F**eminista é uma mulher que só pensa em ser chofer. *Millor Fernandes.*

**C**ães, mulheres e noqueira, quanto mais se bate melhor ficam, *Antigo provérbio inglês.*

**E**sposas, sujeitai-vos a vossos maridos. *São Pedro*

